

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 035

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 29 DE ABRIL DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 030ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
29 DE ABRIL DE 1999**

(quinta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beto Richa, Chico Noroeste, Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Ricardo Maia, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (29). Achando-se ausentes os Senhores Deputados: Nelson Garcia, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Antonio Annibelli, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Edno Guimarães, Élio Rusch, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Nereu Moura, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab e Serafina Carrilho. (24) Em licença o Senhor Deputado Aníbal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 687

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 255/98, referente à Mensagem Governamental nº 020/98, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Sala das Sessões, em 29.04.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 692

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, com fundamento no artigo 34, inciso I, §§ 1º a 4º, e artigo 35 do Regimento Interno, a formação de Comissão Especial Parlamentar, constituída por 5 (cinco) membros e com duração prevista de 90 (noventa) dias, com objetivo de somar esforços e gestionar junto ao Poder Executivo, medidas urgentes para a expansão de vagas do curso de Pedagogia, para formação de professores não habilitados ou que desejam mais qualificação, da área de abrangência da UNIOESTE.

Sala das Sessões, em 29.04.99.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Objetiva-se com tal requerimento criar uma Comissão Especial Parlamentar para gestionar a expansão do curso de Pedagogia para o Campus de Foz do Iguaçu e demais cidades da área de abrangência da UNIOESTE, para atender principalmente a expectativa dos atuais profissionais da educação.

Com a Lei das Diretrizes de Bases da Educação, criou-se a Década da Educação, que no seu artigo 87, § 4º, estabelece:

“Até o fim da Década da Educação, somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formado por treinamento em serviço”.

Já se passaram aproximadamente 3 (três) anos sem ter sido tomada nenhuma medida concreta até o presente momento por parte do Executivo Estadual, estando, portanto, no limite para que os professores tenham oportunidade de mais qualificação.

Para atender os atuais professores, a UNIOESTE desenvolveu um projeto de expansão de vagas do curso de Pedagogia existente no Campus de Cascavel, sendo aprovado pelo Senhor Reitor, mas esbarrou-se na falta de recursos para a devida implantação, o que mais justifica a formação da Comissão ora proposta.

Diante do relevante problema, defendo ser uma medida oportuna e importante, não podendo esta Casa de Leis ficar alheia. Portanto, conta o signatário com os demais Pares para aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 707

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, considerando que o Projeto de Lei nº 255/98, que tem por objetivo instituir a Política

Estadual de Recursos Hídricos e criar o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, encontra-se em regime de urgência (protocolo nº 6369/98), considerando, também, tratar-se de uma proposição da maior importância, que vai suprir o Estado do Paraná das condições adequadas para que possa se estabelecer um planejamento de gestão de suas águas, mediante o estabelecimento de responsabilidade compartilhada entre o Estado e a sociedade e que vai atender, ainda, os compromissos previstos no Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que o Projeto de Lei nº 255/98, seja apreciado em reunião conjunta das Comissões de Agricultura, Indústria e Comércio; de Terras, Imigração e Colonização; e de Ecologia e Meio Ambiente, no próximo dia 03 de maio do corrente, logo após a Sessão Plenária, na sala de reuniões das Comissões. Requer também, que a Diretoria Legislativa encaminhe cópia do referido projeto a todos os Senhores Deputados membros das comissões acima citadas.

Sala das Sessões, em 29.04.99.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 701

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria José Silveira Guimarães Pacini (irmã do Dr. Ulysses Guimarães).

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Ivo Leão, nº 711 - CEP 80030-180, Centro Cívico, Município de Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 29.04.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 714

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, a consignação em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Geraldo Cardoso, ocorrido no dia 23 de abril de 1999, na Cidade de Bela Vista do Paraíso.

Requer ainda, que da decisão do Plenário se dê ciência à senhora Neide Cortez Cardoso, esposa do falecido, à Rua Maria Tomazelli, s/nº, Chácara Lagoa Dourada, Bela Vista do Paraíso.

Sala das Sessões, em 29.04.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Geraldo Cardoso, nasceu em 21/11/36, na Cidade Luz, Minas Gerais. Era filho de Tertuliano Pereira Cardoso Filho e Faustina de Souza Chaves. Foi casado com Neide Cortez Cardoso, que é Vereadora na Câmara

Municipal de Bela Vista do Paraíso. Deixa os seguintes filhos: Dr. Hélio de Oliveira Cardoso, Ednilson de Oliveira Cardoso, Dra. Roseli de Oliveira Cardoso e Maria Beatriz Oliveira Cardoso.

Chegou ao Paraná em 1956 e se radicou em Bela Vista do Paraíso. Primeiramente, residiu na zona rural, mudando-se, em 1961, para a sede do município. No começo, exerceu a atividade de caminhoneiro, e posteriormente, foi comerciante no ramo de materiais de construção e agropecuarista.

Político, atuante, foi vereador na gestão 1969/1972 e prefeito por duas vezes, sendo a primeira gestão de 1973/1976 e a segunda de 1983/1988.

Entre as principais obras executadas por Geraldo Cardoso no município, destaque-se: construção da Prefeitura e Câmara Municipal, eliminação da erosão do antigo buracão da rua Maria Tomazelli, construção da cancha do Jardim Primavera, construção da CIRETRAN e Agência de Rendas, construção do estádio municipal, conclusão do ginásio de esportes, frigorífico e construção de 40 casas populares, pavimentação da estrada da Água do Cardoso, conseguiu a pavimentação dos trechos Sertanópolis/Bela Vista do Paraíso, Warta/Alvorada do Sul, Bela Vista do Paraíso à Florestópolis, construção das Escolas Municipais Clélia Maria de Oliveira Albuquerque, Alcenira de Castro; implantação da vaca mecânica, implantação do Posto de Saúde de Santa Margarida, e mais uma infinidade de outras obras e benfeitorias para o município.

Cidadão e político de vida exemplar, em seu relacionamento com a família e os inúmeros amigos que conquistou, Geraldo Cardoso deixa uma lacuna, difícil de ser preenchida, mas pela sua vida, temos certeza, abriu caminhos para o futuro de Bela Vista do Paraíso e uma imensa saudade entre os que tiveram o privilégio de conviver com sua pessoa.

REQUERIMENTO Nº 695

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nesta Casa votos de congratulações, à jornalista Juril Carnasciali, pelo Jubileu de Ouro de sua atuação jornalística.

Juril é uma das pioneiras do colunismo social do Estado, tendo desenvolvido durante os seus cinquenta anos de trabalho, colaborando decisivamente com o bem estar da nossa sociedade.

Hoje, atua, principalmente, na Gazeta do Povo aos domingos, assinando a coluna "O que se passa na sociedade".

Sala das Sessões, em 29.04.99.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 696

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de voto de louvor ao Dr. Edison de Oliveira Macedo, pelos relevantes serviços prestados à administração pública, no exercício de suas funções junto ao Tribunal de Justiça do Estado.

Sala das Sessões, em 29.04.99.

(a) TIAGO DE AMORIM NOAVES

REQUERIMENTO Nº 697

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de congratulações ao Município de Braganey, pelo seu 17º aniversário de emancipação política.

Sala das Sessões, em 29.04.99.

(a) TIAGO DE AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 03 de maio do corrente, Braganey comemora o seu 17º aniversário de emancipação política, com a realização de diversos eventos que marcarão o acontecimento, razão pela qual registramos as nossas homenagens e congratulações ao município e a toda a sua população, que tem trabalhado com muito afinco, buscando uma melhor qualidade de vida e contribuindo através do seu esforço para o engrandecimento do município e também com o crescimento e progresso da região oeste do Estado.

REQUERIMENTO Nº 698

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de congratulações ao Município de Santa Terezinha de Itaipu, pelo seu 17º aniversário de emancipação política, e que o teor deste expediente seja levado ao conhecimento da Prefeita Ana Maria Carlessi.

Sala das Sessões, em 29.04.99.

(a) TIAGO DE AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Município de Santa Terezinha de Itaipu, no próximo dia 30 de abril do corrente, comemora seu 17º aniversário de emancipação política, com uma extensa programação de eventos que registram o acontecimento, marcado principalmente por importantes inaugurações de obras como a construção da Escola Municipal Cecília Meireles, ampliação do Colégio Estadual Dom Manoel Konner, Centro de Convivência do Idoso, cancha sintética de bocha, incubadora industrial e vaca mecânica, entre outras.

Queremos assim registrar as nossas congratulações e homenagens ao município, na pessoa da Prefeita Ana Maria Carlessi, e também a toda a sua população, que tem contribuído com seu trabalho para o crescente desenvolvimento daquele pujante município, bem como da região oeste do Estado.

REQUERIMENTO Nº 700

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após o douto Plenário, votos de congratulações a “Pastoral da Criança de Londrina”, pelo recebimento da Comenda de Ouro Verde no dia 30 de abril, outorgada pela Câmara de Vereadores e Prefeitura municipal daquela localidade.

Requer, ainda, seja dado ciência a Senhora Maria Vieira Tirolo, Coordenadora Diocesana da referida pastoral, localizada na Rua Maragagipe, 30, Londrina/PR.

Sala das Sessões, em 29.04.99.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 702

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após o douto Plenário, a consignação de votos de congratulações a Irmãos Thá S/A, pela sua participação em um novo modelo de financiamento de construção no setor imobiliário.

Requer, ainda, que da decisão deste douto Plenário seja dado conhecimento a seus diretores.

Sala das Sessões, em 29.04.99.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

A cada ano, escasseiam-se no mercado imobiliário os financiamentos para a construção de novos imóveis. Segundo dados da ABECIP, CEF e BACEN, de 1994 a 1998 apenas 115 mil unidades foram construídas no país com financiamentos de agentes financeiros estatais.

Estes dados mostram que a dificuldade de grande parte da população em adquirir o seu imóvel se deve, em muito, pela falta de financiamento no setor.

Buscando solucionar parte deste problema, o mercado imobiliário, carente de recursos voltados para a produção, está adotando novas fórmulas de auto-financiamento. Em Curitiba, foi gerado um modelo totalmente inovador, denominado de Funding, para o mercado imobiliário.

Com a participação de bancos privados, fundações de seguros e pensões, a Irmãos Thá S/A tornou viável o novo modelo de financiamento que permitirá a construção de inúmeros imóveis em nosso Estado.

Tendo como conceito básico o baixo risco da operação e a rentabilidade atrativa, estamos diante de uma nova era para o setor. Com o pioneirismo de Irmãos Thá S/A, o impacto social deste modelo resultará em milhares de empregos diretos e indiretos, além de contribuir para amenizar o déficit de moradias no país.

REQUERIMENTO Nº 709

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à nova diretoria do Conselho Estadual da Mulher do Paraná, empos-

sada pelo Sr. Governador Jaime Lerner, em data de ontem.

Sala das Sessões, em 29.04.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de ontem (27/04/99) tomou posse no Palácio Iguazu, a nova Diretoria do Conselho Estadual da Mulher. A entidade será presidida por Elizabeth Maria de Aguiar Maia, que terá como colaboradoras 33 mulheres de todas as regiões do Paraná e de diversas áreas de atuação. São elas: Maria Elza Passos, Adriana Nucci Paes Cruz, Regina Casillo, Mônica Kastrupp, Maria Cristina Martins de Oliveira, Marilene Tavares, Isabel Kugler Mendes, Ana Maria Petruziello Kohane, Rossi Mariana Kaminski Pissi, Neusa Gioanatto, Marcia Gaspar, Liliana Ribas Tavarnaro, Ruth Yamasaki, Juril Carnasciali, Charis Negrão Tonhozi, Emília Eiko Miyakawa, Vera Heloísa Vieira, Roseli Puppi, Neide Setim, Valentina da Luz Piovesan Batista, Ligia Daijô, Angelina Lopes, Cristina Barros, Jeanne Kato, Hosana Tezelli, Idalina Barreiros, Olga Bongiovani, Nely Almeida, Rosa Maria Chiamullera, Wilma Brunetti, Chloris Justen, Elizabeth Nascimento e Marlene Prestes.

Na suplência assumem Sônia Bittencourt Feder, Regina Kracik Teixeira, Isabela Maciel, Nadiesda Almeida Bonet e Marian Guimarães. São conselheiras de honra, a primeira dama do Paraná, Fany Lerner e vice-Governadora Emília Belinati.

O Conselho Estadual da Mulher do Paraná é uma entidade governamental vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, criado em 1985 para promover a defesa da cidadania e dos direitos individuais e combater as formas de discriminação contra a mulher.

Desempenham papel importante para o sucesso da entidade os conselhos municipais, que estão em funcionamento em 19 cidades do nosso Estado, sempre trabalhando em prol da mulher do Paraná.

Ao Conselho Estadual da Mulher do Paraná, à sua nova Diretoria, desejos de muito sucesso na nova gestão que se inicia e os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado.

REQUERIMENTO Nº 712

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Município de Guaratuba, pela passagem de seus 228 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 29.04.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Guaratuba está comemorando nesta data de 29 de abril de 1999, seus 228 anos de fundação. É um dos mais antigos Municípios do Estado, estando entre os cinco que foram fundados no regime colonial.

Guaratuba passou por várias fases ao longo destes 228 anos. Tanto que em 20 de outubro de 1938, o Município de Guaratuba foi extinto, passando a ser Distrito, com território pertencente ao Município de Paranaguá. Somente em 10 de outubro de 1947, pela Lei nº 02, é que foi restaurada a autonomia municipal, sendo reinstalado do dia 25 de outubro do mesmo ano.

Guaratuba pertence à microrregião 01 (AMLIPA) e o atual Prefeito Municipal é o Senhor Eversom Ambrosio Kravetz. O município conta atualmente com cerca de 36.000 habitantes e é o principal balneário do nosso litoral, possuindo 18 km de orla marítima contando com uma invejável beleza natural e o privilégio de um mar sem poluição. Ainda, sua estrutura hoteleira e gastronômica é das melhores, permitindo acolher a todos os visitantes. Possui ainda a Baía de Guaratuba, a segunda maior do Estado e um dos principais pontos turísticos do Litoral.

Guaratuba conta hoje com 3 agências bancárias, shoppings, supermercados, fábricas de artesanato, cooperativas, agências de viagem, hospital, farmácias e pronto socorro com atendimento 24 horas. Como vemos, a cidade possui uma excelente estrutura para atender sua população e os muitos visitantes que acolhe todos os anos.

A população acolhedora e amistosa de Guaratuba tem motivos de sobra para orgulhar-se de sua cidade, que vem caminhando a passos muito rápidos em direção ao futuro, pois o município segue sempre dentro de uma filosofia de trabalho e dedicação, confiante em dias sempre melhores.

Ao Município de Guaratuba, através de seu Prefeito Municipal, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 710

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Juril Carnasciali, pela comemoração de seus 50 anos de Jornalismo.

Sala das Sessões, em 29.04.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Hoje, 28/04/1999, Juril Carnasciali está comemorando orgulhosamente 50 anos de Jornalismo.

Jornalista e colaboradora do Jornal Gazeta do Povo, Juril Carnasciali vem ao longo destes gloriosos 50 anos, contribuindo com a vida da nossa cidade, registrando acontecimentos culturais, sociais e outros fatos importantes da nossa Capital. Iniciou sua carreira em 1949 na Revista Guaíra e foi convidada para trabalhar na Gazeta do Povo sete anos depois quando seu pai Oscar Joseph de Plácido e Silva era Diretor do Jornal.

Ao longo destes 50 anos, Juril Carnasciali sempre descreveu com fidelidade os acontecimentos vividos pela família paranaense, sem especificar classes sociais.

Muito atenta aos problemas da sociedade, sempre se envolveu em campanhas beneficentes e obras sociais e educacionais, prestando desta forma uma maior colaboração ao desenvolvimento da nossa sociedade.

Juril Carnasciali, com sua personalidade única, conquistou uma infinidade de amigos e admiradores. Trilhou sempre o caminho daqueles que, com a segurança dos justos e a confiança dos sábios, podem olhar para trás e ver uma caminhada de muito sucesso, um percurso repleto de glórias.

Nós, paranaenses privilegiados por ter em Juril Carnasciali mais que um nome importante do Jornalismo, temos nela um exemplo de trabalho e dedicação. Receba, Juril Carnaciali, pela comemoração de seus 50 anos de Jornalismo, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 711

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sr. José Manoel Luis da Silva, Astrônomo, atual Diretor do Planetário do Colégio Estadual do Paraná, pela comemoração de 21 anos de fundação daquele Planetário.

Sala das Sessões, em 29.04.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em 27 de abril de 1978, foi fundado o Planetário do Colégio Estadual do Paraná, com um moderno aparelho de astronomia que permitiria aos espectadores conhecer a projeção num período de 58 mil anos.

Fundado pelos Astrônomos Leonel Moro e José Manoel Luis da Silva, o Planetário leva o nome de um ex-Diretor do CEP, Professor Francisco José Gomes Ribeiro e tem como principal objetivo despertar o interesse pela astronomia e ensinar pessoas de todas as idades.

Com capacidade para 80 pessoas, o local e, na verdade, cinema, escola, teatro e não é utilizado apenas pelo CEP, mas também por outras instituições de ensino e pela comunidade em geral. Ao longo destes 21 anos, já foram ministradas cerca de 8,5 mil sessões/aula dirigidas a um público de aproximadamente 650 mil pessoas. Ali são ministradas aulas (que fazem parte do currículo normal do CEP), mas o Planetário abre aos domingos para aulas públicas, quando o local recebe um público diversificado.

Ao Sr. José Manoel Luis da Silva, pelo trabalho que vem realizando ao longo destes 21 anos, no Planetário do Colégio Estadual do Paraná os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 688

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais REQUER, ao Senhor Presidente desta Casa Legislativa, o encaminhamento de expediente

ao Secretário de Estado de Obras Públicas, solicitando providências no sentido de que seja construído uma ponte sobre o leito do Rio Chopim, no Município de Cruzeiro do Iguaçu, Região Sudoeste, interligando aquele município ao Distrito de Dr. Antonio Paranhos, no Município de São Jorge d'Oeste.

Sala das Sessões, em 29.04.99.

(a) LUIZ FERNANDES "LITRO"

JUSTIFICATIVA:

Mencionada obra é de suma importância para o desenvolvimento da Região Sudoeste do Estado. Com a possibilidade de implantação de uma nova Usina Hidrelétrica no Rio Chopim, no Município de Cruzeiro do Iguaçu, a própria barragem da mesma poderá ser utilizada para suportar a construção dessa ponte, que suprirá aquela que anteriormente existia sobre o Rio Iguaçu, levada por enchente ocorrida na região há vários anos. Essa nova ligação entre os Municípios de Cruzeiro do Iguaçu e São Jorge d'Oeste também fará a ligação com o Município de Quedas do Iguaçu e conseqüentemente entre as Regiões Sudoeste e Oeste do Estado.

REQUERIMENTO Nº 689

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, ao Senhor Presidente desta Casa Legislativa, o encaminhamento de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências no sentido de que seja restaurada a pavimentação asfáltica da Rodovia Estadual que liga os Municípios de Dois Vizinhos e Cruzeiro do Iguaçu, até a localidade de Foz do Chopim, numa extensão de 28 (vinte e oito) quilômetros.

Sala das Sessões, em 29.04.99.

(a) LUIZ FERNANDES "LITRO"

JUSTIFICATIVA:

O recapeamento da pavimentação asfáltica dessa rodovia estadual é imprescindível e urgente, tendo em vista o péssimo estado de conservação em que se encontra. Mencionada rodovia é utilizada para a ligação entre os Municípios de Dois Vizinhos e Cruzeiro do Iguaçu, bem como é o caminho mais curto para a ligação com os Municípios de Boa Esperança do Iguaçu e Nova Prata do Iguaçu. A execução desta obra está incluída no orçamento geral do Estado, para o atual exercício.

REQUERIMENTO Nº 690

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, ao senhor Presidente desta Casa Legislativa, o encaminhamento de expediente à Presidência da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, solicitando providências no sentido de que sejam reaproveitados os equipamentos da Usina Hidrelétrica Júlio de Mesquita Filho, anteriormente instalada na localidade de Foz do Chopim, no Município de Cruzeiro do Iguaçu, desativada por ocasião da construção

da Hidrelétrica de Salto Caxias, com a construção de uma nova usina, no leito do Rio Chopim, no Município de Cruzeiro do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 29.04.99.

(a) LUIZ FERNANDES "LITRO"

JUSTIFICATIVA:

Segundo levantamentos preliminares efetuados pela COPEL, o Rio Chopim, no território do Município de Cruzeiro do Iguaçu, comporta a instalação de uma nova Usina Hidrelétrica, de pequeno porte. Os equipamentos da Usina Júlio de Mesquita Filho encontram-se desativados mas em condições totais de reaproveitamento. Assim sendo, requer-se a construção de nova usina naquela localidade, com a utilização dos mesmos equipamentos, ocasionando a geração de energia e mais um suporte econômico para a região de abrangência.

REQUERIMENTO Nº 699

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER que sejam tomadas providências, pela Secretaria de Estado da Saúde, para o credenciamento da Unidade de Litotripsia Extracorpórea por Ondas de Choque, do Hospital do Rim do Vale do Ivaí, conforme solicitações feitas anteriormente, ao Secretário de Estado da Saúde, Senhor Armando Raggio.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando parecer da Secretaria de Estado da Saúde, com referência ao pedido.

Sala das Sessões, em 29.04.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 704

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Chefe do Poder Judiciário, Desembargador Sidney Zappa, solicitando a criação de mais 03 (três) varas especializadas no Município de Arapongas.

Requer ainda, que da decisão deste douto Plenário sejam comunicados o Senhor Prefeito Municipal, vice-Prefeito, Vereadores, e Secretários Municipais, Presidente da Associação Comercial e da Subseção da OAB.

Sala das Sessões, em 29.04.99.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Arapongas é hoje um dos mais prósperos do Estado, desfrutando de forte processo de crescimento, graças principalmente ao seu sólido parque industrial.

Com uma população de cerca de 90.000 (noventa mil) habitantes, as duas Varas judiciais que hoje ali funcionam já não conseguem acompanhar o ritmo rápido de serviço que a população espera do Poder Judiciário dado

ao volume excessivo de processos que acumulam diariamente.

Sabedores da constante busca de qualidade de atendimento à população que o Poder Judiciário do Paraná vem buscando é que estamos solicitando a urgente instalação de mais três Varas no Fórum do Município de Arapongas, que certamente beneficiará todos os que necessitam de uma justiça mais ágil.

REQUERIMENTO Nº 705

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente a Excelentíssima Senhora Alcione Saliba, Secretária de Estado da Educação, solicitando informações sobre os recursos provenientes do empréstimo que o Poder Executivo contratou junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinado a investimentos no Ensino Médio do Paraná.

Portanto, este Deputado requer:

- nos termos do demonstrativo financeiro do PROEM, por categoria de inversão da revisão do plano operativo anual, referente ao ano de 1998, constam gastos da ordem de US\$2.100.000,00 (dois milhões e cem mil dólares) no sub-item Administração, da categoria Administração do Programa, pergunta-se: quais as despesas realizadas, de modo discriminado, referentes a essa categoria?

- no sub-item identificado como Fiscalização/Supervisão foram, até o presente momento, investidos US\$800.000,00 (oitocentos mil dólares). Quais as despesas realizadas, de modo discriminado, a esse título? Em caso de contratação de terceiros quem foi contratado, qual o meio utilizado para contratações, quais foram os objetivos dos contratos e os respectivos valores?

- no sub-item Serviços de Consultoria foram, até o momento, investidos recursos da ordem de US\$1.065.000,00 (um milhão e sessenta e cinco mil dólares). Pergunta-se: em caso de contratação de consultores, quem foram os contratados? Qual o valor referente a cada contrato? Qual a duração prevista para cada contrato? Qual o objeto de cada contrato? Qual o meio utilizado para as contratações? Em que dia e local é possível o acesso aos trabalhos escritos produzidos pelos consultores contratados?

- em que consiste o sub-item Inspeção e Supervisão? Qual a destinação dos recursos da ordem de US\$170.000,00 (cento e setenta mil dólares), destinados a despesas desta categoria? Em caso de contratação de terceiros, qual o valor de cada contrato? Quem foram os contratados? Qual o objeto de cada contrato e seus respectivos valores? Qual o resultado apresentado pelos contratados, por trabalho realizado?

- no sub-item Obras Cíveis já foram investidos recursos da ordem de US\$43.000.000,00 (quarenta e três milhões de dólares), pergunta-se: quais as obras, de modo discriminado - localização e dimensões - foram realiza-

das ou estão em realização? Quais os estágios da mesma? Entre a fase atual da obra e o correspondente pagamento do contratado, há equivalência ou atraso? Quais as empresas contratadas para realizá-las? Quais os valores originais de cada contratação? No caso da existência de termos aditivos aos contratos, quais os valores dos mesmos e os seus objetivos?

- O financiamento do BIRD prevê contra-partida do Estado do Paraná da ordem de US\$122.000.000,00 (cento e vinte e dois milhões de dólares), pergunta-se: os valores já gastos nessa conta são provenientes do Tesouro? Recursos originários do salário-educação foram utilizados para esta finalidade?

Sala das Sessões, em 29.04.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o Poder Executivo contratou empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinado a investimento no ensino médio do Paraná, que tal Programa de Investimentos, denominado de PROEM, tem relevante alcance e impacto nos destinos do setor educacional de nosso Estado, que o montante de recursos envolvidos na operação atinge expressiva cifra de US\$222.000.000,00 (duzentos e vinte e dois milhões de dólares), venho solicitar informações presentes neste requerimento, visto que é atribuição inarredável desta Casa o acompanhamento e a fiscalização da destinação dos recursos, bem como é dever dos Senhores Deputados informar à comunidade paranaense sobre os atos e ações governamentais, notadamente numa área sensível como é a educação.

Desta forma, este Deputado conta com a aprovação do presente requerimento pelos Senhores Deputados considerando que a renúncia a esta atribuição significa a própria renúncia de uma das mais valiosas prerrogativas parlamentares.

REQUERIMENTO Nº 716

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente a Excelentíssima Senhora Alcyone Vasconcelos Saliba, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando providências urgentes no sentido de que sejam agilizados os repasses de recursos realizáveis aos convênios já firmados com as Casas Familiares Rurais do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.04.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Na sessão plenária de 27 de abril de 1999, o nobre Líder de nossa Bancada, Deputado Orlando Pessuti, em brilhante pronunciamento, manifestou-se a respeito do assunto, inclusive lançando apelo no sentido de que uníssemos esforços para viabilizar a liberação de recursos

para as Casas Familiares Rurais, cujos convênios foram assinados há tempo.

Efetivamente, é notório o fato de que as Casas Familiares Rurais vêm enfrentando dificuldades enormes para se manter, em razão do atraso no repasse dos recursos relativos a Convênios já firmados, aliado ao fato de não existir sequer programação para assinatura de novos Convênios.

Esta Assembléia não pode ficar alheia ao fato de que aproximadamente 40 (quarenta) Casas Familiares Rurais estejam prestes a paralisar suas atividades, prejudicando monitores de nível superior, técnicos em agropecuária e milhares de alunos dessa modalidade de ensino.

Urge que se tomem providência concretas no sentido de viabilizar a manutenção dessas Escolas do Campo, tão importantes para o desenvolvimento de nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 706

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, da Secretaria de Estado da Educação, informações sobre os convênios protocolados sob números 3.420.809.3; 3.265.450; 3.421.213; e 43.30.0000/8/09608/8, firmados entre o Governo do Estado e o Colégio Estadual Pedro Américo de Ensino Fundamental e Médio, do Município de Serranópolis do Iguaçu, os quais tiveram até o momento somente uma parcela dos recursos liberada.

Sala das Sessões, em 29.04.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se devido ao fato de a Secretaria de Estado da Educação, ter repassado até o momento somente uma parcela dos convênios. As obras estão paralisadas e serão reiniciadas somente após a liberação dos recursos por parte do Governo Estadual.

As reformas de que tratam os convênios são de fundamental importância para a melhoria do processo ensino/aprendizagem no Município de Serranópolis do Iguaçu.

REQUERIMENTO Nº 715

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, informações à Companhia de Energia Elétrica do Paraná sobre a compra de ações da SERCONTEL, considerando as notícias veiculadas nos principais jornais do Paraná, de que a COPEL ao comprar ações da SERCONTEL, teria efetuado pagamentos ao Banco FonteCidam, ora envolvido na CPI do mercado financeiro e visando dar transparência absoluta às negociações realizadas, é que formulamos o seguinte pedido de informações:

1 - Quantas ações ordinárias e preferenciais foram adquiridas pela COPEL da Empresa SERCONTEL?

2 - Qual o valor total da transação?

3 - Qual a forma de pagamento, quais as empresas que receberam diretamente da COPEL, qual o valor de cada parcela e quais as datas? Anexar todos os contratos ou autorizações expressas que permitiram o pagamento a terceiros.

4 - Qual a perspectiva da COPEL em adquirir o controle acionário do SERCONTEL e qual o valor estimado para esta transação?

5 - Os contratos de compra foram firmados entre a COPEL e a SERCONTEL ou entre a COPEL e a Prefeitura?

Sala das Sessões, em 29.04.99.

(aa) ADEMAR TRAIANO, DURVAL AMARAL,
LUIZ ACCORSI, BASÍLIO ZANUSSO, BETO
RICHA, HERMAS BRANDÃO, IRINEU COLOMBO,
JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 713

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis, do artigo intitulado “Uma política para a água”, publicado no Jornal “Gazeta do Povo”, desta data (29.04.99).

Sala das Sessões, em 29.04.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O jornal “Gazeta do Povo”, mais uma vez demonstrando sua grande preocupação com os acontecimentos do nosso Estado e especialmente com o meio ambiente e as condições em que vive a nossa população, publicou nesta data o artigo “Uma política para a água”, em sua contracapa.

O artigo trata de um dos mais importantes assuntos da nossa atualidade, pois a água, fonte da vida, tem sido discutida em todos os segmentos e o nosso Poder Legislativo, atento a todos os problemas, está discutindo e votando leis referentes ao tema.

Brilhante enfoque deu aquele jornal ao assunto, motivo deste registro nos Anais desta Casa de Leis e parabenizamos o jornal “Gazeta do Povo”, através de seu Diretor, Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, que está trabalhando sempre em prol da melhoria da qualidade de vida do nosso povo, através da divulgação consciente dos acontecimentos.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 211/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor: Faissal a Raad Diretor Presidente das empresas: La Violetera Indústria e Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda. - Frutas La Violetera Ltda., - Concorde administração de Bens Ltda. - Mercofrut S.A. - Martini Meat Armazéns Gerais e Laguna Administração e Participações Ltda.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 29.04.99.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Faissal a Raad nascido nesta cidade e comarca de Curitiba em 26/10/46, filho de Hassan Mauahmed Raad e Fátima Assad Raad, casado com Maria Bernadete Demeterco Raad, empresário bem sucedido, constituiu várias empresas no mercado municipal, estadual, nacional e internacional, propiciando assim milhares de empregos.

Dentro das empresas presididas pelo nosso homenageado, citamos as seguintes;

- Importadora de Frutas Filomena Ltda., fundada em 1967.

- La Violetera Indústria e Comércio de Frutas Ltda, fundada em 1986.

- Concorde Administração de Bens Ltda, fundada em 1980.

- Mercofrut S.A., no Chile, fundada em 1991.

- Martini Meat Armazéns Gerais e a C.A. Frare, em Paranaguá, fundada em 1996.

- Laguna Administração e Participações Ltda., fundada em 1996.

Tendo em vista o acima exposto, achamos ser o mesmo merecedor do Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 212/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor: Antonio Barea, Diretor Presidente das empresas: Faissal a Raadente das empresas: Minerva Dimax Comércio Farmacêutico Ltda e Drogamed Comércio de Medicamentos e Perfumaria Ltda., nesta Cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 29.04.99.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Antonio Barea, nascido em Joaçaba, Estado de Santa Catarina, em 14/01/39, empresário conceituado na área de produtos farmacêuticos, em nosso

Estado, cursou o Colégio Estadual do Paraná e fez o curso de administração de empresas na FACE.

Iniciou como vereador propagandista, passando a Supervisor de Vendas da Pfizer Química Ltda., sendo que no ano de 1976, passou à proprietário da AB Farma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda, e no início de 1993, da Distribuidora de Produtos de Medicamentos Abifarma Ltda., até o presente momento.

Atuando no ramo do comércio atacadista de medicamentos, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, emprega milhares de pessoas em suas empresas, solucionando assim um problema social.

Proprietário ainda da Minerva Dimax Comércio Farmacêutico Ltda., desde 1997 e sócio da Drogamed Comércio de Medicamentos e Perfumaria Ltda., empresas no ramo de comércio varejista de medicamentos, atualmente com 78 farmácias no Estado do Paraná e com aproximadamente 1800 funcionários.

PROJETO DE LEI Nº 213/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Mães e Amigos das Crianças Carentes de Nova Fátima, Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Nova Fátima.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 29.04.99.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

Ao propormos que seja declarada de Utilidade Pública a AMA. Associação de Mães das Crianças Carentes de Nova Fátima, com sede e Forum no Município de Nova Fátima Paraná, o fazemos consciente da necessidade dessa entidade para com a sociedade a fim de promover medidas de âmbito municipal que visem assegurar o ajustamento e o bem estar das crianças carentes.

Servir de órgão de articulação com outras entidades no município que defendam a causa das crianças carentes, promover e estimular a realização de programas permanentes de prevenção a fim de erradicar e amparar a subnutrição.

PROJETO DE LEI Nº 214/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Emílio Humberto Carazzai Sobrinho.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 29.04.99.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa outorgar o Título de Cidadania Benemérita do Estado a um ilustre paranaense, nascido na Cidade de Cornélio Procopio, tendo posteriormente se radicado no Estado de Pernambuco, onde ocupou inúmeros cargos na administração pública daquela unidade da Federação.

Ainda em Pernambuco, na administração privada exerceu diversos cargos no setor bancário, tendo ocupado diversas Comissões da FEBRABAN e membros do Conselho de Administração da TECBAN, empresa que desenvolve tecnologia bancária aos postos de atendimento 24 horas.

Atualmente, o Senhor Emílio Humberto Carazzai Sobrinho é Presidente da Caixa Econômica Federal e nada mais justo que a população de nosso Estado, através dos poderes constituídos, lhe homenageiem concedendo o Título de Cidadania Benemérita.

PROJETO DE LEI Nº 215/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a alterar o art. 6º, § 3º da Lei 110066/95, incluindo os incisos I e II.

Art. 2º - Inclua-se ao § 3º, o inciso I e II com a seguinte redação:

Inciso I

Fica criada na estrutura organizacional do Paraná Turismo a diretoria Paraná Turismo Norte do Paraná.

Inciso II

A diretoria de que trata o inciso I será composta de 01 (um) Diretor Geral, 02 (dois) Assessores Técnicos e 01 (um) Auxiliar Administrativo, devendo ficar instalada no Município de Londrina.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 29.04.99.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

Norte do Paraná: um pólo regional rico. Rico pela sua história, pelo seu solo, pela sua população, pelo seu desenvolvimento, enfim, pelo seu crescimento sólido, preparado para o século XXI.

Uma região que no início do século mostrou sua vocação agrícola, produzindo uma alta quantidade de café, exportando para o mundo algo cultivado em terras vermelhas. Por isso a população desta região orgulhosamente é chamada de "pés vermelhos".

Hoje esta região vem caracterizando-se por meio de vários aspectos: grandes indústrias sendo prospectadas e outras sendo fortalecidas. O comércio com sua vocação inovadora, com vários shoppings centers, modernização variedade e qualidade. O esporte caracterizado também pelo Campeonato de Beisebol, Clube de Golf, por uma Equipe que faz parte da Seleção Brasileira de Canoagem, com o Autódromo Internacional Ayrton Senna, Kartódromo de Londrina, além de estádios e ginásios para diversas quantidades de público. A cultura destaca-se pelo número de Museus, Teatros, Grupos Musicais e de Dança além de acervos culturais e uma Orquestra Sinfônica. Com infra estrutura invejável, obtendo aeroportos com mais de 50 vôos diários com conexão para o Brasil, vôos internacionais fretados, com mais de 40 mil passageiros sendo atendidos, além de transportes rodoviários para quase todos os lugares do Brasil.

Para justificar tal projeto é importante citar eventos que atraem pessoas de diversas localidades do Brasil e exterior, como a exposição Agropecuária e Industrial de Londrina. Movelar, FIQ, Festival Internacional do Teatro, Festival de Música. Em Rolândia, Rábitolândia e Oktoberfest.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Antes de iniciarmos, e passarmos a palavra ao Deputado Irineu Colombo, esta Presidência lamenta profundamente o esvaziamento da Sessão de ontem, comunica que a partir de hoje apenas será permitida a verificação de quórum nas questões de votação, para o Pequeno Expediente não há necessidade de *quorum*.

Comunica também que a Mesa será rigorosa no que diz respeito a anotação das presenças dos Senhores Deputados. Com a palavra o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Antes da minha fala, propriamente, Senhor Presidente, apenas justificar a necessidade da Verificação de Votação, ontem, no início das falas, o que deu esta pequena controvérsia, eu e o Deputado Alborghetti pedimos a Verificação de Votação tendo em vista que aqui no Plenário só se encontravam quatro Deputados. Estava eu, o Deputado Belinati, o Deputado Alborghetti e o Deputado Waldyr Pugliesi. Estavam chegando outros Deputados, estava chegando o Deputado Leônidas, e outros tantos Deputados. Ia usar a palavra e não podia falar para quatro ou cinco Deputados, mas imediatamente chegaram outros tantos e evidentemente se estabeleceu o quórum. Pedi Verificação de Votação, nenhum Deputado pediu Chamada Nominal, apenas o Deputado Zucchi chegou, fora do microfone, apressadamente, e pediu Chamada Nominal mas não houve tempo da Presidência, exercida pelo Deputado Hermas Brandão, ouvi-lo e foi encerrada a Sessão.

Mas acho que é um processo dialético, estabelece a Verificação de Votação e tal, aposto que na segunda-feira,

duas horas, vai estar tranquilo aqui, e a Casa vai ser mais respeitada.

Senhores Parlamentares, na manhã de ontem, realizamos uma reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, desta Casa, com a presença da maioria dos Parlamentares que compõe aquela Comissão. Fizemos uma reunião bastante produtiva desde as votações dos Pareceres dos projetos bem como o tema que foi abordado, que foi a questão do ensino normal, que já está regulamentado pelo Conselho Federal de Educação. No Estado do Paraná há dúvidas de como será implementado pelo Governo do Estado, pela Secretaria de Educação o curso normal, já que, a partir de 2006, para ingresso nos trabalhos de creche, pré-escola e de 1ª a 4ª série, necessariamente, tem que ter o curso normal. Sobre tudo de 1ª a 4ª série, grande parte das prefeituras exigirão o chamado normal superior ou curso de pedagogia. Que inclusive esta questão do curso de pedagogia é motivo de recente fala com o Deputado Chico Noroeste que está apresentando requerimento, nesta Sessão, para aumentar as vagas deste curso, devido a exigência legal.

Mas uma coisa tem passado aqui no Plenário, que tenho percebido com a conversa, com alguns Deputados, notadamente o Deputado Orlando Pessuti, Algaci Tulio, José Maria Ferreira, nas conversas informais se percebe que a Assembléia está querendo se reestruturar, repensar, a sua forma de ser. Primeiro, fazer com que as Comissões Temáticas, funcionem, as comissões que são a chamadas “alma” da Assembléia, têm que realmente ter uma funcionalidade maior. Isso se dá no compromisso de todos, porque um presidente da Comissão - sou Presidente da Comissão de Educação, ele por si só pode evidentemente promover, tentar facilitar, se esforçar, mas ele por si só não faz a Comissão, porque ela é institucional, ela tem que ter a presença dos Deputados que a ela compõem.

Então, o 1º desafio que estamos propondo a esta Casa, é que as Comissões efetivamente funcionem, que os projetos passem pela maioria das comissões, e que, no momento de receber o parecer não seja coletada assinatura em Plenário. Nem que seja uma reunião de 15 minutos, convoque a imprensa para externar o trabalho dos Deputados. Todo mundo sabe que os Deputados têm ocupações seriíssimas, que não aparece fora dos gabinetes, não aparece aqui nesta Casa.

Então, a Comissão, com a presença da imprensa, a Comissão produzindo um *press-release*, informações da imprensa dos sistemas tratados, convidando personalidades para tratar diversos assuntos: educação, saúde, meio ambiente, etc., faz com que externemos à sociedade a importância do Parlamento estar sintonizado com os dramas sociais.

Por outro lado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Casa, a Assembléia Legislativa do Paraná tem que ser repensada também, e há uma vontade, sinto, um clima entre os Deputados que já tem mais tempo na Casa, bem como os Deputados que estão aqui começando

conosco. Há uma vontade de que a Casa repense inclusive a forma de funcionamento.

A nossa Assembléia Legislativa é a que menos gasta em termos de estrutura do Brasil. Não temos um programa de informatização em nossos gabinetes. O sistema de telefonia, recentemente, no final do ano passado foi arrumado alguma coisa, mas ainda não é suficiente. E todos sabem que aqui, a média de gastos só com telefone aqui dos Deputados é mil e quinhentos, dois mil reais por mês, e temos apenas uma linha externa. Comunicação deficiente. Não temos serviço de Internet como tem tantas outras Assembléias, já implementados, e isso evidentemente tem custos. Temos aqui que implementar o painel eletrônico. Não talvez esse que não tem funcionado, - foi uma experiência fracassada, do ponto de vista tecnológico, - mas um painel como tem no Congresso Nacional, para que a imprensa, o público que vem aqui, as autoridades e lideranças que participam desta Assembléia, possam ter noção clara de quem está votando, no que está votando. Inclusive a possibilidade de ser retransmitido via televisão, quem sabe essas anotações, sobretudo as mais importantes, porque o Parlamento Estadual, fica sufocado como um sanduíche entre a Câmara Federal, o Senado Federal e as Câmaras de Vereadores locais, obviamente acompanhado pelos jornais locais e pela imprensa local.

Então, a presença da Assembléia é muito pouco. Infelizmente a Assembléia só aparece quando se aponta por exemplo, que a Assembléia vai gastar. Um Passat que quem sabe um outro cogitou, que eu nem sabia que existia essa história, de repente todo mundo começou a falar: "Oh, Deputado Colombo, vocês vão ter Passat?" "Que Passat?" Mas isso foi passado na Assembléia Legislativa do Paraná.

Poucos dias publicou-se no jornal que está se aumentando a verba, etc.. Há uma exigência clara da maioria dos Deputados que tenha uma estrutura de trabalho.

Há poucos dias conversava com o Deputado Algaci Tulio, e ele foi um dos primeiros, junto comigo, a ter uma *home page*, e outros tantos Parlamentares querem colocar uma página na Internet para comunicação, para colocar as suas angústias, seus projetos, seus pronunciamentos, dividir com outros Parlamentares Estaduais, propostas, trocar idéias de determinados projetos, externar à sociedade a importância institucional do Parlamento para estabilidade democrática. Mas, no entanto, não temos condições efetivas. Sabe quanto custa para fazer uma página na Internet para um Deputado? Cinco mil reais. Para manter a página, duzentos reais por mês. Para atualizar, trezentos reais. Tenho feito isso com as minhas próprias expensas.

Agora, Senhores Parlamentares, veja se isso é valorizado do ponto de vista do empenho de um Parlamentar. Quero dizer, aqui, que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tem que passar por uma reestruturação. A Assembléia passa a trabalhar a vontade da Presidência

das Comissões e que as Comissões funcionem. As Comissões temáticas passem a ter períodos importantes de discussão na Sala das Comissões.

Sugiro à Mesa que pense inclusive, em aumentar o espaço da Sala de Comissões, porque agora o negócio parece que vai pegar. E, sobretudo, uma Comissão onde Deputado da situação, Deputado de Oposição, Deputados que estão em vias de mudanças, em fase de transição. A Comissão tem um fator institucional, tem que ser estabelecido um debate amplo, não para valorizar o Governo, mas para valorizar o Parlamento. Muitas vezes o Deputado Situacionista, no afã de defender o Governo, acaba se tornando obscuro no Parlamento. Então a Comissão é um bom motivo, um bom lugar para ele aparecer.

Então, em primeiro lugar as Comissões Temáticas, que são a "Alma" da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; em segundo lugar, pensar em uma reestruturação, Senhor Presidente, informatização, painéis de votação, placar eletrônico. Pensar em melhorar o sistema telefônico, melhorar a estrutura dos gabinetes, porque é vergonhoso. Se você visitar qualquer Assembléia, você vai ver a estrutura de trabalho que tem, para receber inclusive o povo.

Nós, Parlamentares do interior, sobretudo, quando as pessoas vêm de lá, vêm com uma expectativa de ter um gabinete, para pelo menos tomar um cafezinho. Servi cafezinho de pé para os meus convidados.

Então a divulgação que saiu da Assembléia de estar comprando Passat. Primeiro: mera cogitação, e isso externou a imagem da Assembléia que não é verdadeira. Segundo: que a Assembléia está pensando em aumentar isso e aquilo, verba de gabinete etc.. Agora a Assembléia pensa sim, em aumentar a estrutura e a participação efetiva como poder institucional para estabilidade democrática do Estado do Paraná e para não ficar no obscurantismo entre o Congresso Nacional e as Câmaras de Vereadores.

Somos um Parlamento do Estado do Paraná que precisa ser respeitado e exteriorados as nossas angústias, acima de tudo, precisamos nos valorizar. Para isso, precisamos de estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Essa Presidência cumprimenta V. Exa. pelo seu pronunciamento, concorda perfeitamente com o exposto por V. Exa..

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em meu nome pessoal e tenho certeza que dos demais Deputados do PMDB, também quero me congratular com o Deputado Irineu Colombo, pela clareza com que se posiciona e também pela manifestação e V. Exa. no exercício da Presidência, com referência a tudo isso, que evidentemente também estamos buscando para

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Nós que já tivemos o privilégio de ser o Presidente desta Casa, tendo na ocasião o Deputado Hermas Brandão como vice-Presidente, e que no Conselho Parlamentar do Sul, com a presença sempre efetiva do Deputado Algaci Tulio, percorremos diversas Assembléias do Brasil, temos procurado sim, trazer idéias novas para esta Casa, no sentido de melhor estruturá-la para o nosso trabalho.

A questão da informatização, a questão de estarmos inseridos em todo esse contexto hoje, dos meios de comunicação, da informática, se faz necessário. Além, evidentemente, daquilo que hoje já uma dezena de Assembléias propicia aos Parlamentares e ao público em geral, que é a existência da Rádio Assembléia, TV Assembléia, que registra tudo e divulga tudo o que acontece ou o que não acontece no Parlamento Estadual.

Quero neste momento pedir apoio dos Senhores Deputados para um Requerimento que será votado no dia de hoje, onde pedimos a intercessão da Secretaria de Saúde e todos os procedimentos necessários, com vistas ao credenciamento da unidade de Litotripsia extracorpórea por ondas de choque junto ao Hospital do Rim de Ivaiporã.

O Dr. Marcos Gevert fez um investimento em Ivaiporã, construindo o Hospital do Rim. E, hoje realiza a hemodiálise em dezenas de pessoas todos os dias. Junto com outros profissionais da área implantou a Unidade de Litotripsia. Vem tendo dificuldades quanto ao credenciamento dessa unidade. Essa reivindicação não é só nossa, o Deputado Miltinho Puppio está também trabalhando junto a Secretaria da Saúde, para que essa unidade possa vir a ser credenciada. O Deputado Anibal Khury, em parceria com o Prefeito Luiz Pereira, atende também o Município de Ivaiporã, do vale do Ivaí também desenvolvem suas sugestões em favor de credenciamento dessa unidade.

Pelas questões financeiras alegadas pela Secretaria da Saúde, foi isso que disse o Dr. Carlos Pospissil que é chefe de gabinete do Secretário Armando Raggio, por essas dificuldades a Secretaria até o momento não pode fazer o credenciamento. Entendemos que, se a Secretaria da Saúde buscar os recursos hoje disponíveis ou destinados a questão do tratamento do cálculo renal por extração cirúrgica que custa mais caro. E submete o paciente a um corte bastante grande em seu corpo e faz permanecer por quase sessenta dias “encostado”. Que faz utilizar os mais caros antibióticos e os mais potentes.

Que a Secretaria pudesse, quem sabe, destinar um pouco desse recursos, hoje alocados ao processo cirúrgico, para este processo de litotripsia que, evidentemente é muito mais rápido, menos agressivo e menos dispendioso para o usuário e para o Estado do Paraná.

Faço um apelo aos Srs. Deputados, em meu nome, em nome do Deputado Milton Puppio e do Deputado Anibal Khury para que aprovemos esse Requerimento e, quem sabe, um posicionamento da Assembléia Legisla-

tiva, faça com que a Secretaria da Saúde se interesse mais do que já está pelo assunto.

Finalmente, dizer, Srs. Deputados que, no dia de hoje iniciamos um roteiro pelo interior do Estado do Paraná e todos estão convidados a fazer parte dessa nossa maratona. Todos fazem a seu modo, a seu jeito nos finais de semana, Uns começando na quarta-feira a noite, outros começando na quinta-feira pela manhã e outros a tarde. Vamos percorrer uns dez municípios, como fazemos quase todas as semanas. Mostrando que a nossa atividade parlamentar não se restringe ao nosso trabalho como Líder da Bancada, como Presidente do Bloco Agropecuário, nossa participação nas comissões permanente da Casa.

O nosso trabalho no gabinete parlamentar, mas que também, o trabalho dos Parlamentares se constitui em constantes, longas e cansativas viagens que, muitas vezes, faz com que o Deputado tenha o seu dia de trabalho iniciado nas primeiras horas da manhã e concluído já no final do dia, por volta das onze horas, meia-noite sem que tenha para tanto, um sábado e um domingo para repousar ao lado da família.

Faço esse registro, aqueles que tiverem dispostos a iniciar um roteiro de viagem conosco hoje a partir das quinze horas, com retorno previsto para domingo por volta das vinte e três horas aqui em Curitiba, estão convidados, na nossa Camioneta tem lugar pelo menos mais três.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra Deputado Algaci Tulio, inscrito no Pequeno Expediente.

À Mesa anuncia a pedido do Deputado Ricardo Maia, a presença do Prefeito de Paçandu, Jonas Lima acompanhado dos Vereadores Benito Moreno e Pastor Falin, sejam bem-vindos a nossa Casa.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Venho à tribuna, também para lamentar o que aconteceu no dia de ontem, nesta Casa. Dizer da preocupação que estou tendo neste momento, até por que estou nesta Casa, desde 1986, procurando cumprir com a minha obrigação em respeito aos meus eleitores, procurando trabalhar dar minha contribuição, dentro até das minhas limitações, para que a gente possa promover a Casa, para que a gente possa fazer um trabalho condizente com aquilo que é exigência dos nossos eleitores.

É nesse sentido, Senhor Presidente que venho à Tribuna, para dizer do trabalho que esta Casa está fazendo através das comissões internas, que nem sempre, são de conhecimento da imprensa e do público de um modo geral, até por culpa nossa, Parlamentares, que às vezes discutimos muito mais, com muito mais interesse numa comissão interna, do que propriamente aqui no

Plenário. E isso, talvez, seja uma maneira de fazer um reparo.

Fazer, exatamente, o que fez o Deputado Irineu Colombo, ao subir a Tribuna hoje, e dizer dos resultados da Comissão de Educação, da qual faço parte também, e que esteve reunida durante parte da manhã de ontem e início da tarde. Por essa razão até, que me fez chegar a este Plenário, ontem, com três minutos de atraso, e que infelizmente me vi frustrado da não realização da sessão de ontem.

É nesse sentido que venho à tribuna, mais uma vez, para dizer que a Assembléia Legislativa vai ter um grande momento, também, para discutir uma matéria que já começou a tramitar, aliás, que está na Casa desde maio de 1988, que não prosseguiu no seu tramite normal, que é uma Mensagem Governamental, que agora começa a tramitar, que é a Política Estadual das Bacias Hidrográficas. E, exatamente em cima disso, na sessão da última terça-feira, da C.C.J., abordamos o assunto. Somos o relator dessa matéria, mostramos a importância dessa Mensagem Governamental, que repito mais uma vez: dos 28 Estados, 17 já possuem esta Política Estadual das Bacias Hídricas, e o Paraná, infelizmente, que sempre foi vanguarda, que sempre foi pioneiro nas suas ações, infelizmente está chegando um pouco atrasado.

Aí é que digo da importância desta Casa, na discussão desse assunto. Porque simplesmente por termos relatado esse processo na C.C.J., o jornal Gazeta do Povo, de hoje, estampa no seu editorial esta matéria. Vou fazer a leitura aqui, para que os Senhores saibam e tomem conhecimento.

(Lê): “Uma Política para a Água.

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa deu mais um importante passo para que o Paraná se aparelhe legalmente no sentido de preservar seus recursos hídricos, ao aprovar, anteontem, projeto do governo do estado que, mais do que criar a cobrança de uma taxa, institui, na verdade, uma política estadual de proteção a um bem público em fase de franca extinção: a água. Agora, o projeto vai a plenário para exame e aprovação final, em regime de urgência.

O novo dispositivo é decorrente de lei nacional em vigor há dois anos, dispondo sobre a política e sobre a implantação de um sistema nacional de gestão de recursos hídricos no país e à qual devem os estados adaptar-se criando seus próprios mecanismos legais e técnicos. Concretamente, a legislação prevê a criação de um ente autônomo - uma Agência Nacional da Água e suas congêneres estaduais - que ficará incumbido de recolher dos consumidores uma contribuição cujo montante será empregado especificamente em ações de preservação.

Pela legislação, os consumidores serão obrigados a pagar taxas pelo uso da água bruta e dela não escaparão nem mesmo os usuários domésticos. Inicialmente, porém, no caso paranaense, devem contribuir as empresas industriais. Elas, como praticamente todos os demais consumidores, captam a água de que necessitam em seus

processos de fabricação em rios e mananciais e a devolvem muitas vezes com altas cargas poluentes à jusante, gerando em seguida a necessidade de caros procedimentos de tratamento e recuperação custeados por toda a sociedade.

Em primeiro lugar, pretende-se, com esta política, forçar os consumidores a economizar a água que captam diretamente na natureza, pois lhes será cobrado pelo volume de utilização. Trata-se de uma medida absolutamente sensata e cujos resultados estão comprovados em países onde já se instituiu esse tipo de cobrança. Na Alemanha, por exemplo, as indústrias gastam sete vezes menos água do que as suas congêneres brasileiras, o que denota a existência aqui de um índice irresponsável de desperdício.

Em segundo lugar, o sistema de recolhimento da contribuição e a formação de um fundo a ser gerido não pelo estado mas por conselhos constituídos por usuários, permitirá o direcionamento desses recursos para a realização de obras ou custeio de outros procedimentos de preservação das fontes de água bruta.

É o caso, por exemplo, do problema com que se debatem Curitiba e a Região Metropolitana. O abastecimento da população depende de maneira crucial da preservação dos mananciais situados principalmente na região do município de Piraquara. Entretanto, tais mananciais vêm sendo constantemente agredidos e reduzidos tanto pelo desmatamento quanto pelo lixo e pelos efluentes industriais e domésticos. E isto significa que a empresa responsável pelo abastecimento, a SANEPAR, precisa arcar com custos cada vez mais elevados para o tratamento da água captada. Custo este, logicamente, transferido universalmente para todos os consumidores - mesmo por aqueles que em nada contribuíram para a poluição. Que paguem, então, em primeiro lugar, os agentes poluidores.

Nem mesmo a SANEPAR ou quaisquer outras companhias de abastecimento e saneamento estarão isentas desse pagamento. Atualmente, elas cobram dos usuários taxas de coleta de esgoto, mas a maior parte dos dejetos que recolhe é devolvida aos rios sem nenhum tratamento. Portanto, são também grandes causadores de poluição ambiental - mas, nem por isso, estão hoje obrigadas a bancar pelos danos.

A constituição do fundo financeiro a partir da criação da agência estadual da água e formado prioritariamente pelos maiores usuários de água, permitirá o direcionamento de tais recursos para a solução dos problemas ambientais ligados à preservação dos recursos hídricos, segundo critérios de destinação definidos pelas próprias comunidades.

Trata-se, pois, como se vê, de uma política responsável e absolutamente necessária. É comum ouvir-se a expressão “água é vida”, tal a importância de sua existência nos processos vitais. E de tal forma isto é sério que, dado o caráter cada vez mais precioso deste bem, já se intui que a eventualidade de um próximo conflito mun-

dial não se dará por causa do petróleo ou por disputas de fronteira, mas por causa da água. Preservar é preciso, pois”.

Este é o editorial de hoje, do jornal “Gazeta do Povo”, que ao mesmo tempo que trata com seriedade desta questão que a Assembléia está discutindo, também já nos alerta para todas as questões que temos que tomar em cima disso. E nesse mesmo editorial fala da questão dos mananciais.

Gostaria de dizer, Senhor Presidente, e lembrar mais uma vez que logo mais, às 14 horas, os Parlamentares que compõem a comissão especial que trata dos mananciais do Alto Iguaçu, que compreende os Municípios de Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais, Colombo e evidentemente Curitiba se inclui também, vai estar reunida às 14 horas na Sala das Comissões, com a presença de técnicos da COMEC, da SANEPAR, e já começamos a receber colaboração de entidades não-governamentais, entidades ambientalistas, todos ansiosos em participar e dar a sua contribuição para esta discussão, que achamos de fundamental importância aliada a este projeto do Governo do Estado, que cria a agência, que cria a política estadual das bacias hídricas.

Acho que a Assembléia passa a exercer um papel fundamental, porque só se pode falar em qualidade de vida quando o poder público permite esta qualidade de vida, que é a questão da água, do meio ambiente e a questão do saneamento básico.

Está aí o exemplo do que aconteceu em Paranaguá, e esta Casa teve um papel fundamental também, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quando também formou uma comissão que acompanhou *pari passu* toda a situação de Paranaguá, a minha presença e a presença do Deputado Nelson Justus, do Deputado Marcos Isfer, Deputado Hidekazu Takayama, Deputado Ângelo Vanhoni, do nosso Presidente da Comissão de Saúde aqui da Assembléia Deputado Luiz Accorsi, lá estivemos em Paranaguá, esta comissão formada pela Assembléia, acompanhou o Prefeito de Paranaguá à Brasília, durante dois dias, visitando ministérios, enfim, a Assembléia tem participado tem dado a sua contribuição.

E é nesse sentido que quero pedir aos companheiros parlamentares, para que contribuam também para essa discussão, especialmente nesta questão da criação da política estadual dos recursos hídricos. Porque há um processo que está tramitando em regime de urgência desde 88, e temos urgência, não se trata de uma política de interesse do Governo do Estado, que seja um projeto do Governador Jaime Lerner, não! Está se adaptando, Deputado Orlando Pessuti, a uma lei federal já existente, e onde outros 17 estados já possuem esta lei, e o Paraná está indo à reboque, atrasado, o Paraná já não faz parte do CONAN, que é o Conselho Nacional dos Estados, que já tenha a lei formada da política de recursos hídricos. O Paraná está fora e o Paraná corre o risco de ficar fora também dos recursos advindos destas taxas que serão

cobradas. Porque a lei federal vai acabar cobrando se o Paraná em tempo não tiver esta lei sancionada aqui, aprovada pela Assembléia e sancionada pelo Governo do Estado.

E tenho certeza que os Srs. Parlamentares, as Comissões internas e ainda discutimos isso na CCJ, e sou um defensor intransigente disso. Se temos Comissões Internas, elas têm que ser valorizadas, elas têm que participar do processo, a CCJ é a Comissão mais importante sim no aspecto da legalidade, mas o mérito da matéria, elas têm que passar pelas demais Comissões senão tornam-se inócuas, sem sentido a existência dessas Comissões e isso desvaloriza a Casa.

Por isso naquela ocasião, concordava na CCJ, de que este processo mesmo em Regime de Urgência, que ele passasse pela Comissão de Meio Ambiente, que é uma Comissão importantíssima e que vai dar o parecer final no mérito a esta matéria. Já conversava ontem com o Deputado Cleiton Kielse, já que estou na Relatoria, na CCJ, dessa matéria, que me permitisse a Relatoria da Comissão de Meio Ambiente. Conversei hoje com o Deputado Orlando Pessuti e conversarei depois, também, se estiver ainda na sessão, com o Deputado Nereu Moura, para que passe pela Comissão de Agricultura e pela Comissão de Terras, que esta Casa também tem. E nesse sentido estou apresentando um Requerimento à Casa pedindo para que se possa, num entendimento em função de urgência, urgentíssima da matéria, sob pena da Assembléia ser acusada até de responsável pela não-aprovação em tempo dessa matéria, de que se possa fazer na segunda-feira, após a sessão plenária, uma sessão em conjunto das três Comissões, para que possamos tirar, imediatamente, com a presença de técnicos, que já está acertado, os técnicos da Secretaria do Planejamento e da SUDERSA estarão aqui à disposição, vamos para a Sala das Comissões e lá vamos questionar os técnicos, vamos aprofundar a discussão, mas com um compromisso de que, o mais tardar, na quarta-feira, possamos colocar essa matéria na Ordem do Dia.

É esse apelo que faço ao bom senso dos Senhores Parlamentares, porque essa matéria está desde o ano passado na Casa e agora precisa caminhar.

Concedo um aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Algaci Tulio, com a permissão do nosso Presidente, Nelson Justus, quero manifestar a nossa concordância com o encaminhamento que V. Exa. está sugerindo para a tramitação desse Projeto. Como diz V. Exa. é um Projeto que chegou aqui na Assembléia em maio de 1998, teve Regime de Urgência aprovado em julho de 1998 e agora, evidentemente, ele ganha força na sua tramitação, até por uma série de necessidades que tem o Estado do Paraná de regulamentar essa questão dos recursos hídricos. Estamos de acordo com V. Exa., porque sobre esse assunto, junto com o Deputado José Maria Ferreira, já tivemos oportunidade de estarmos na FAEP, o

ano passado, já tivemos oportunidade de conversar com a OCEPAR, já tivemos a possibilidade de conversar com os técnicos, também do IAPE.

E faço a V. Exa. a sugestão para que esta reunião de segunda-feira à tarde, após a sessão plenária, possamos ter os representantes da Comissão Especial dos Mananciais, possamos ter os representantes da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente; da Comissão de Terras, Imigração e Colonização; da Comissão de Agricultura; do nosso Bloco Agropecuária e também da Comissão de Finanças, já que o assunto versa também sobre a cobrança de taxa. E que pudéssemos, nessa reunião, convidar para estarem presentes também os representantes da SUDERSA, do IAPE, da Secretaria de Meio Ambiente, da Secretaria de Agricultura e da Secretaria do Planejamento que são as pessoas que também estão cuidando desse assunto. E da nossa parte, como Coordenador do Bloco Parlamentar Agropecuário, tomaremos a liberdade de convidar também para participar dessa reunião os representantes da FAEPE, da FETAPE, da OCEPAR, e uma sugestão também, os companheiros da Federação das Indústrias que já estão discutindo esse assunto junto com o Instituto Ambiental do Paraná, para que possamos diante dessa proposta de V. Exa., de na quarta-feira já iniciarmos em Plenário a discussão da matéria, que possamos já na segunda-feira à tarde termos uma visão meio espacial, meio universal do ponto de vista de todos esses segmentos envolvidos e atingidos, vamos dizer, incorporados, atingidos por esse projeto que tramita na Assembleia. Tem V. Exa. o nosso apoio nessa questão e estamos de pleno acordo com o encaminhamento proposto por V. Exa..

O SR. ALGACI TULIO

Tinha certeza do seu entendimento, visto da sua preocupação já mostrada na semana retrasada quando apresentamos o projeto à CCJ e do próprio Deputado José Maria Ferreira que também já falava sobre o assunto.

Senhor Presidente, para encerrar, então, quero convocar ou convidar, e não só os integrantes da Comissão dos Mananciais, o Deputado Edson Strapasson que conhece bastante do problema, o Deputado Ângelo Vanhoni, o Deputado Marcos Isfer, Deputado Neivo Beraldin. Como a Comissão só comportava cinco Deputados, convidado todos aqueles que queiram comparecer a este debate a partir das 14:00 horas.

E, concluo dizendo que hoje o Município de Guaratuba completa 228 anos de muito progresso, de muita atividade e muito respeito com o seu munícipe.

O nosso Presidente, Deputado Nelson Justus, que foi o Deputado mais votado em Guaratuba, também tivemos uma boa votação lá, já que dividimos o apoio do atual Prefeito Everson Kravetz, poderíamos estar neste momento em Guaratuba fazendo política e dando satisfação aos nossos eleitores que certamente hoje vão cobrar e dizer que como não é ano político, nenhum político compareceu para prestigiar Guaratuba.

Então, tomei a liberdade de entrevistar o Prefeito hoje pela manhã e justificar a nossa ausência porque tínhamos um compromisso maior ainda, respeitando o povo de Guaratuba, que era V. Exa. presidir a sessão da Assembleia e estarmos aqui para discutir este assunto para a reunião das 14:00 horas para tratar da questão dos mananciais.

Então, os cumprimentos ao povo de Guaratuba com a certeza que haverão de compreender que o interesse maior é discutir o Paraná como um todo, sabendo que Guaratuba não está desguarnecida somente pela nossa ausência, como de V. Exa., Deputado Kielse e todos que tiveram voto em Guaratuba.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de mais nada, cumprimento o pronunciamento do Deputado Algaci Tulio, dos mais importantes. Talvez tenha eu feito, nos últimos dez anos, pelo menos cem pronunciamentos de preocupação em relação aos problemas do meio ambiente, dos recursos hídricos, inclusive não sei o índice do ICMS Ecológico do ano de 1999 do meu Município, mas quando Prefeito, o índice do ICMS Ecológico de Arapongas superava inclusive o índice da Capital Ecológica, de Curitiba.

Mas, Deputado Algaci Tulio e meu Líder de Partido Orlando Pessuti, ao longo de todos estes anos, creio eu, tenha feito a defesa dos interesses daqueles que trabalham no campo, mas é preciso, Senhor Presidente, que aqueles que trabalham no campo, também cumpram a legislação a que eles deverão necessariamente estar submetidos.

Me lembro que em determinada época, um empresário, ao instalar a sua atividade, praticamente levou à morte um pequeno veio de água, um arroio do meu município, e, o argumento era que estavam criando emprego. Mas, a que custo você acaba com a vida para acabar com o emprego, e para acabar com o emprego, Senhores Deputados e Senhor Presidente, basta o neoliberalismo que está mandando no mundo, que a maior fábrica de desemprego, de fome e de miséria que temos em toda a história da humanidade provém do neoliberalismo.

Eu, quando Prefeito, não gosto de falar a meu respeito, mas até como testemunho, quando Prefeito, sob o trabalho da ex-Deputada Irondi Pugliesi, chegávamos a produzir quinhentas mil mudas/ano num pequeno município do Paraná que é o meu, geograficamente pequeno, para fornecermos aos lavradores para que eles reentrouzissem as matas ciliares.

É preciso, Senhor Presidente, que o Ministério Público, como já tem feito, e eu o elogio neste momento, o Ministério Público do Paraná está tomando providên-

cias especiais muito importantes em várias partes do Estado para que o meio ambiente não seja degradado.

Deputado Algaci Tulio e Deputados da Região Metropolitana, os problemas que existem aqui em Curitiba e na área metropolitana muitas vezes eles começam lá no interior em função da política anti-nacional, poderia até dizer, do Governo Federal, e muitas vezes com a ausência do Poder Público Municipal e Estadual. A atividade econômica numa pequena atividade, quando ela morre por causa da política imposta pelo Governo Fernando Henrique, vai desaguar aqui, com o crescimento do número das favelas, com a degradação das condições de vida, isso que vocês tão bem têm relatado aqui em debates, ainda no meu entendimento poucos se verificaram na Assembléia.

Portanto, tudo aquilo que acontece tem uma causa. Subiria ontem nesta tribuna para enfocar alguns assuntos, que estou até praticamente deixando de lado porque a vida pública, as atividades dos políticos, elas se modificam a cada minuto, a cada instante, confesso que com desalento vou tocar num assunto que acho que o meu Partido, o PMDB, Líder Orlando Pessuti, nas caminhadas que tem feito pelo interior tem que colocar como prioridade também na sua discussão, tudo passa pela Política, mesmo aqueles que dizem: “Tenho ódio da política”, estão tomando uma posição política. E não é possível, Sr. Presidente e quero novamente retornar um pouco para dizer o seguinte: apresentei quando constituinte uma Emenda Constitucional, uma proposta de reeleição, que não tínhamos no nosso país, reeleição em todos os níveis, ao nível Federal, Estadual e Municipal, até brincavam: “Mas quem está no Poder lá na sua região são seus adversários”, mas no meu entendimento, na avaliação que faço de mim mesmo, e sou impiedoso comigo, acho que sempre tive uma linha de coerência, apresentei a proposta da reeleição em todos os níveis. Ela se mostrou não apropriada para o nosso país, inclusive todos os Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais apresentaram um documento pedindo o fim da reeleição. Mas continuo defendendo a tese seguinte: a reeleição deve ficar aí pelo menos para os atuais ocupantes dos cargos municipais. Teremos, espero eu, porque estamos no Brasil, eleições no ano que vem.

Então, o que é que aconteceu? A reeleição, segundo os Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, elas não podem ser fiscalizadas porque se verificarão em quase seis mil municípios no Brasil. Foi difícil controlar a presença esmagadora, violenta, não do Fernando Henrique Cardoso, mas do ocupante do cargo do Presidente da República, que levou uma vantagem extraordinária, massacrante em cima dos outros candidatos! Imaginem fazer a fiscalização de 6.000 prefeitos, muitos mini ditadores estão plantados nas prefeituras municipais... muitas delas localizadas nos grotões, onde a ignorância, neste país prepondera, por culpa dos governantes! Por culpa da classe dominante!

Mas, o que me aborrece, profundamente, é falar a esse respeito. Aqui, o líder, recém eleito da Associação dos Municípios do Paraná, o meu amigo, político que prezo, pelo seu passado, pela luta que ele fez contra a violência da ditadura militar, da contra revolução implantada aqui, em 64. O que é que vem o nosso companheiro, o nosso amigo, Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, numa entrevista ao Jornal “Folha de Londrina”, dizer? Ele diz: “Não me venham com casuísmo pretendendo acabar com a reeleição dos prefeitos.” E sou favorável a que os atuais prefeitos tenham o direito de submeter as suas administrações à análise dos seus eleitores. Nisso ele chicoteia: “Aqueles que querem o fim da reeleição como um casuísmo.” Aí, quando lhe perguntam, Senhor Presidente, Senhores Deputados: “o que é que o senhor pretende então?” “Ah, quero prorrogação de mandato de dois anos, para nós mesmos.”

Isso é para mim um desânimo muito grande, ver um homem que está presidindo a Associação dos prefeitos... talvez até mal comparando, mas vou dar um exemplo do futebol, porque ele e os prefeitos argumentam neste sentido: “Até agora tivemos condições de trabalhar, até agora não fizemos nada.” Imaginem, eles querem prorrogação de mandato! Qual o argumento? Que não fizeram nada. Então vou dar o exemplo do futebol, um time perde de todo mundo, não faz gol, é goleado. Aí os jogadores e o técnico vão ao Tribunal de Justiça, pedir, na lei, a manutenção do mesmo time, para continuar a não fazer nada! Vão prorrogar mandatos de prefeitos por dois anos, dizendo, como diz aqui: que o Governador Lerner não está repassando recursos para os municípios, que eles não tiveram condição de fazer nada. E pergunto: e se prorrogarmos os mandatos dos atuais prefeitos por dois anos e daqui a quatro anos, praticamente virão eles com a mesma choradeira. “Não fizemos nada porque o Lerner está viajando, o Fernando Henrique Cardoso também está para lá, não fizemos nada e queremos mais dois anos.” Para fazer o quê?

Não era meu objetivo falar sobre isso mas tenho, em razão do compromisso que tenho comigo mesmo, de falar estas coisas. Já vi esta história há muito tempo: “Olha, as eleições são caras.” São caras para aqueles que torram muito dinheiro, para outros pode custar apenas a sola do sapato e muita conversa: “Olha, as eleições são caras, as pessoas têm dificuldade para votar, então precisamos fazer a descoincidência. Eleição para Presidente, para Governador, ficam para cá, para Senador, para lá, para prefeito, vereador, para cá.” Depois o oportunistas de sempre: “Olha, fizemos a coincidência, agora temos que fazer a descoincidência.” E o mundo caminha dessa maneira, em cima de casuísmo, em cima de fisiologismo, em cima do não compromisso com as regras partidárias democráticas.

É por isso que nós, poder desarmados como somos, poder mais escancarado para a sociedade, estamos permanentemente para a análise da sociedade, pelo trabalho relevante que a imprensa faz todos os dias.

Então, Senhor Presidente, gostaria até - e é isso que sugeri ao Presidente do meu Partido: vamos colocar essa questão sim. O que é que vai beneficiar o País ou Estado se os Prefeitos não estão dando conta do recado. E eles confessam isso. Alguém diria o seguinte: mas você, político, Deputado, está entrando em choque com os Prefeitos? Não, estou entrando em choque com a atitude que eles tomam, com a idéia dominante dentro da Associação dos Municípios do Paraná. Gostei da postura do recém eleito Presidente da Associação dos Municípios. Veio cobrar: falou o seguinte: Presidente da Associação não é para ser subserviente, não é para bater continência todos os dias para aquele que hierarquicamente está acima dele, Presidente-gostei da independência. Mas, com o coração aberto ao meu companheiro, ao meu amigo de outro partido, mas homem que respeito muito, que é o Presidente da Associação, gostaria que nós deveríamos trabalhar em cima da manutenção dos recursos que nós, através da Constituição de 88 conseguimos para o Estado e para os municípios: maior participação nas arrecadações do Imposto de Renda, do IPI, do ICMS, enfim de todos os Tributos que eram e são arrecadados. Que eles pudessem vir para o município.

Ulysses Guimarães, tem uma frase elucidadora e definitiva no meu entendimento, a esse respeito. É, no município, onde o homem mora, é lá que existe o problema, é lá que ele tem que ser resolvido. O Prefeito, o político, o Deputado, os Governadores, o Presidente, todos estamos com delegações que nos foram dadas pela população, para encaminharmos como um fórum de debates o amanhã que está por vir. Mas esse tipo de comportamento que estou rebatendo aqui da tribuna, não faz bem à política. Imagine um Prefeito que tenho pesquisa a respeito da atuação dele. Tem 80% de rejeição do município. e vocês sabem que muito estão assim. Aí ele chega lá e fala: tenho o meu mandato caído do céu por mais 2 anos em virtude da prorrogação. Que ânimo vai se abater sobre essa comunidade. Sou a favor da reeleição. Eles que venham para a disputa e apresentem as propostas e dizem porque não fizeram, e culpem quem quiserem culpar, mas que não venham com essa proposta que agride de frente o regime democrático, que é a prorrogação de mandato Deputado que quer que não haja eleição, não merece ser Deputado, não merece. Se tem medo da nova eleição o que é que vamos fazer. O político ele vive essa maneira: tem uma frase francesa: “é dessa maneira que vive o político. Ele não tem nada pronto e acabado, a não ser aqueles que ganharam da contra revolução de 64, mandatos e mais mandatos, que foram no meu entendimento, nasceram desses bancos centrais que estão atopelados de dívidas e de dúvidas e não serão nunca sanadas se realmente não fizermos o arejamento da atividade política e empresarial.

Não me conformo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que as montadoras neste país, paguem apenas e tão somente 1,4 do seu faturamento para o Imposto de Renda. A indústria farmacêutica está aí reajustando os

preços. Paga 2,54; a Construção Civil 1, não sei o quê. Das 66 maiores Corporações Financeiras desse país, 28 não pagaram nenhum tostão de Imposto de Renda. Enquanto isso, quem ganha mil reais por mês, paga 15% de Imposto de Renda. Quem ganha dois mil reais por mês, paga 27,50% de Imposto de Renda.

Por isso, quando gritam que é preciso passar o País a limpo, que precisam fazer isso ou aquilo, não devemos ficar só com os holofotes colocados em cima da atividade política. Porque pelo menos essa, ela pode ser batida de frente todos os dias.

Companheiros, o Ministério da Saúde no ano de 98, teve menos recursos do que o País pagou só de juros, para quem? Especuladores Internacionais, Financistas Internacionais. Me lembro e vou por esse caminho agora, do Gustavo Franco todo empombado, um semi-Deus, aboletado do Banco Central. Dizia ele - “O problema da dívida externa está resolvido”. Está resolvido para quem? Para quem senhores formuladores da política financeira deste País. Resolvido para os de fora, para aqueles que vem aqui com um dinheiro, que parece dinheiro de motel de alta rotatividade. Vem realizam o lucro e caem fora. São 16 bilhões que pagamos de juros no ano de 98. Mais do que o orçamento do Ministério da Saúde. Desde 1989 a 97, nesse lapso de tempo da história do Brasil, pagamos nós brasileiros, pagamos aos especuladores internacionais 216 bilhões de dólares.

Senhor Líder do Governo, quando é que virá recursos para o Governo do Estado, para o Município, se continuarmos tendo problemas, a raiz do problema, lá nessa sangria permanente e histórica. E esse mês de abril, para mim, me traz muita recordação, me traz à memória os Inconfidentes Mineiros, com Tiradentes à frente. Está na hora desse País fazer uma escolha, ou querem ficar com Tiradentes o herói da Pátria, o herói que está no altar da pátria ou ficar com quem? Joaquim Silvério dos Reis “O traidor”.

Lembro do Movimento que fizemos em todo o Brasil das “Diretas já”, a chamada “Emenda Dante de Oliveira”. O Movimento foi frustrado por meia dúzia de votos de Deputados que não horaram os seus mandatos porque não tiveram competência para ouvir àquilo que saia dos bairros, àquilo que saia de todos os cantos da Pátria. Daqui a pouco chegaremos aos quinhentos anos. É doído para um homem que se sente solidário com os outros, ver na televisão os indícios esmagados e empobrecidos, expoliados comemorando a chegada do “homem branco” aqui no Continente. Comemorar o que? A sua morte, a sua eliminação, é isso o que vemos. Comemorar o que daqui a pouco no 7 de setembro, pagamos 216 bilhões de dólares nesse período estamos devendo 235 bilhões de dólares. E não agüento mais Senhor Presidente, ver a mentira sendo fabricada e estampada em todos os cantos, principalmente na grande imprensa. Vamos vender a Telebrás porque vamos diminuir a dívida, vamos pagar menos juros. É mentira!

Mentiram para toda a Nação Brasileira. Para atender quem? Para atender os interesses forâneos, esquecendo dos lavradores aqui do Paraná, que ainda é o estado onde se pode ter as melhores condições de vida.

O Sr. Edgar Bueno

Gostaria de cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento. Até fico sentido aqui em interromper esse pronunciamento. Mas cabe bem pelo assunto que o senhor está levantando, algumas informações que tenho aqui.

O Governo FHC, sob o comando do FMI aumentou a carga tributária de 25% do PIB para 35% do PIB. Essa carga tributária foi aumentada no Governo FHC. Com essa fábula de dinheiro não construiu uma escola, uma ponte, ou ainda, a quem acredite na sociedade da equipe governamental em fazer reforma tributária, em tramitação no Congresso Nacional. Quer dizer, há uma preocupação muito grande em que a carga tributária aumente cada vez mais. O FMI que emprestou nove bilhões para o Brasil e que está ameaçando não mandar as demais parcelas, foi para cobrir o rombo, o prejuízo que o Banco Central teve em janeiro, oito bilhões de dólares. Depois de amanhã teremos a comemoração do dia do trabalhador e, infelizmente, fala-se em aumentar o salário mínimo em 4% a 5%. É a proposta do Governo.

Não podemos admitir isso. Porque o trabalhador acaba perdendo agora, só em 1999, 5% do seu poder aquisitivo, ou seja, quinze bilhões que vamos tirar da mão do trabalhador. Esse cidadão brasileiro que acredita nessa pátria, que trabalha para sustentar sua família perde quinze bilhões quando vemos que tem prefeitos, como Vossa Excelência citou em seu pronunciamento, com referência a esses prefeitos oportunistas, que ficam com essa “conversa mole” de prorrogação de mandato. Isso é uma excrescência. Não pode ser admitido. E o senhor que levanta aqui pela primeira vez esse assunto, e deve ser seguido também pelos demais Deputados. Se não fizermos um câmbio contra esse desejo de alguns que não têm condições alguma de se reeleger que com certeza vão acabar atingindo o objetivo.

Quero parabenizá-lo. Vamos melhorar e aumentar o câmbio contra essa conversa de prorrogação de mandato de prefeitos.

Muito obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Agradeço o aparte.

Gostaria de dizer o seguinte: nesses dias, depois de clamarmos a retomada do desenvolvimento nesse País, com a procura do emprego. Com a construção do emprego. E é fácil, no meu entendimento criar emprego se você pegar o dinheiro e subsidiar a agricultura, jogar na construção civil que absorve mão-de-obra não qualificada e faz com que o problema social diminua.

Fernando Henrique Cardoso lança um programa para construção de cem mil casas dentro do próximo ano e mais cem mil dentro dos dois anos a partir do início

desse programa. Aí vem toda aquela conversa de quem tem todos os meios de propaganda para fazer. São cinco mil seiscientos municípios neste País. Esse programa vai consumir, segundo o elaborador do mesmo que é o pessoal da Caixa Econômica, sob o comando do Sérgio Cutolo (?), que aliás é um cidadão extremamente capaz, vai consumir um Milhão e Meio mas, será feita construção nela, virá o carente, o não possuidor do seu teto para morar, e durante 15 anos, ele vai pagar aluguel e, ele tem a preferência, a partir do 16º ano para comprar o imóvel, certamente, com mais 20 anos de prazo. Ora, os recursos que faltam, porque ele vai ter que emprestar para a construção dessas 100 mil casas, é o dinheirinho sagrado que sumiu pelo ralo outro dia. Mas, com esse dinheiro, que o Banco Central, na sua generosidade fez escapar, para solucionar problemas desses dois bancos seriam suficientes para construir essas 100 mil casas, se fosse o caso para 100 mil brasileiros.

Então estamos vivendo na realidade num mundo de faz de conta, por exemplo, e esse seria o tema central até meu pronunciamento na tarde de ontem. Aqui o Secretário da Fazenda diz que não tem dinheiro, não, para honrar os convênios assinados antes das eleições com centenas e centenas de municípios. São mais ou menos, 2 mil convênios, não tem dinheiro. Esse dinheiro só viria se fossem vendidos os ativos da COPEL e da SANEPAR. Mas, me parece que esses ativos da COPEL, estão caucionados, ao BNDS como garantia desse dinheiro que veio para o BANESTADO.

Então a situação é extremamente grave. É isso que desmoraliza muitas vezes a atividade política, porque na ânsia de se fazer presente dentro de uma comunidade.

Se faz o quê?

Apanha-se uma caneta e se assina todos os convênios que aparecem pela frente, se cria a expectativa, se ganha os adeptos, os correligionários novos que vêm o resultado da eleição poderá ser outro e, depois?

Depois, olha, infelizmente o país está vivendo uma grande crise.

Só que essa crise ela é fabricada por esses governantes, que estão aí. Vem de longe já essa idéia dominante dentro da atividade pública da classe dominante. Esta tem tudo, essa é detentora do privilégio e compete a nós políticos fazermos o levantamento dessa situação e caminharmos no sentido de democraticamente sob o enfoque da verdade acharmos um caminho.

Se não Sr. Presidente, nós vamos ficar vendo a mentira da venda do patrimônio público.

Veja bem, primeiro apanharam os recursos da sociedade para fazer a PETROBRÁS, a TELEBRÁS, e todas as “BRÁS” e as outras que estão aqui. Muitas delas até com a presença dos mais antigos aqui desta Casa, contra ou a favor.

Depois se apanhou o dinheiro da sociedade, se pega essa usurpação de parcela daquilo que era todos e se emprega através da privatização, para meia dúzia de

ricos. Se tira o dinheiro daqui e se bota aqui, depois você pega esse dinheiro e se transfere ele para meia dúzia.

Nenhuma privatização vai resolver problemas de juros, da dívida externa, ou dívida interna brasileira.

A caminhar neste sentido, daqui a pouco o Meio Trilhão de Dólares, que nós estamos devendo passará, lá para casa de Um Quatrilhão: Sei lá para onde nós iremos. E continuaremos sendo sempre essas coisas que nós estamos vendo.

Quero registrar aqui as minhas declarações, o encaminhamento dessas idéias, que são muito vigorosas no meu entendimento para mim mesmo. Espero que sem confronto, e sem nada, nós que somos políticos, tenhamos, no estudo, no aprofundamento das questões, no aprofundamento dos problemas que existem indo à raiz desses problemas, possamos dar uma contribuição, que, enfim, poderá melhorar as condições de vida de todos nós no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passamos ao Horário das Lideranças:

No Horário da Liderança do PSDB concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Waldyr Pugliesi trouxe a esta manhã um discurso extremamente vibrante que podemos discordar em algumas questões, mas, na essência, nós somos todos comprometidos com as idéias aqui colocadas pelo Deputado Waldyr Pugliesi. Combatente, de longa data, e com certeza tem os seus méritos enquanto Deputado Estadual que foi, enquanto Prefeito da cidade de Arapongas por 3 vezes e também enquanto Deputado Federal contribuinte, que foi, na construção da nova Constituição brasileira em 88.

Especialmente com relação ao companheiro Samis Saab, Presidente da AMP, concordamos com a história relatada do Samis de um guerreiro, de um homem voltado para as questões democráticas, um homem idealista, entretanto, deu um grande escorregão na história inclusive de uma bela biografia quando prega a prorrogação de mandato. Um democrata jamais prega a prorrogação de mandato. Porque ela não serve e não constrói a democracia que ele se propõe a representar. Como também não serve e não ajuda a construir a democracia e que foi relatado hoje pelo Deputado Irineu Colombo que não se encontra mais no Plenário, mas que com força e com vigor colocou as necessidades de nós, através das Comissões Permanentes, realizarmos um trabalho que hoje deixamos de realizar.

É necessário que as Comissões Permanentes façam e cumpram o seu papel. E isto está só na vontade de cada Deputado. Sr. Presidente, a Comissão de Finanças da qual tenho o prazer e a honra estar no exercício da Presidência, no ano de 95 analisou 129 Projetos. No ano

de 96 analisou 97 Projetos. No ano de 97 analisou, igualmente, 97 Projetos e em 98 analisou 28 Projetos. E se nós observarmos e correremos as demais Comissões, vamos constatar que as Comissões não cumprem o seu papel. Muitos pareceres são dados no plenário sem discussão, sem conhecimento da matéria abordada e do parecer lavrado. Faço, exceção, porque a regra não é geral, mas, na sua maioria, esta é a situação que acontece.

Agora o que é, Deputado Ademir Bier, fruto disto, que aqui faz o seu primeiro mandato? É fruto da falta de discussão, da falta de compreensão que o Parlamento é o espaço da discussão e do contraditório, que não é o espaço do rolo-compressor, mas que é, sim, o espaço daqueles que querem discutir. Porque é discutindo, é colocado as posturas divergentes que, com certeza, nós estaremos engrandecendo este Parlamento.

Quando não temos condições de conhecer dados, conhecer informações do Governo, evidentemente nós passamos a ter uma Casa esvaziada, uma Casa sem sentido, uma Casa sem objetivo, em grande parte, esta é com certeza a maior dificuldade pela qual vivemos.

Quando um Plenário nega pedido de informação, negou a essência do Parlamento, porque a essência do Parlamento é a informação, a essência do Parlamento é buscar a transparência do Governo, a essência do Parlamento é a colocação das idéias divergentes para que nós possamos colocá-las e burila-las e permitir que elas possam ser implementadas, independente se está certo ou errado, mas este espaço tem que ser assegurado, e é isto que hoje nós constatamos o esvaziamento tanto da questão de Plenário.

Quando atropelam-se votações, passando por cima das comissões, nós estamos esvaziando o sentido desta Casa.

Tenho certeza, que o episódio de ontem foi ruim para a Casa, me permita aqui o Presidente do momento, Deputado Hermas Brandão, mas balançou e com certeza o episódio de ontem vai provocar a melhoria, o comparecimento, e atitudes diferentes nesta Casa, para que nós possamos fazer dela o Parlamento que todos nós queremos.

E por falar em informação, eu protocolei à Mesa um requerimento de informação à Secretaria de Educação, Alcione Saliba, a quem não conhecia pessoalmente. Na última terça-feira tive oportunidade de estar numa reunião da MP, me surpreendeu, mulher competente, dinâmica, objetiva e sobretudo disposta ao diálogo, mesmo que, nos momentos que não concorda, mesmo no momento que diverge, a Secretária Alcione está disposta a promover o diálogo para encontrar a solução das questões abordadas.

É com certeza um exemplo novo dentro da administração que nós esperamos que possa frutificar, e que possa com isto trazer informações.

O requerimento, Deputado Ademar Traiano, que nós apresentamos à Casa e do qual Vossa Excelência tem conhecimento, ele trata em função de algumas infor-

mações, que no início de março, nós apresentamos a este Plenário, e não foi aprovado, mas nós temos as informações que desejávamos aqui e que trata do PROEN, o Programa de Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio do Paraná, que tem como finalidade, o próprio nome já diz, a melhoria e a introdução inclusive de uma unidade nova que é o Pós-Médio. Ele aplicará 222 milhões de dólares, dos quais 100 milhões 722 mil dólares do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, e 121 milhões, 277 mil dólares do Governo do Estado.

Este é um programa que ninguém condena, mas com certeza nós teremos forçosamente, aqueles que estão preocupados com a educação no nosso Estado, de fazer reparos quanto a sua implantação. Foi questionado por várias vezes o Programa nesta Casa, foi dada oportunidade das correções de rumo do PROEN, tenho certeza que a Secretária com a visão eclética que tem, sobretudo com a visão empreendedora que é, ela fará as mudanças para que nós tenhamos o PROEN adequado a nossa realidade, e contemplando, Deputado Ademar Traiano, o interesse da educação do nosso Estado.

No ano passado, foi investido do PROEN, 59 milhões 732 mil dólares, dos quais o Estado do Paraná compareceu com 15 milhões, 265 mil dólares, e o BID compareceu com 44 milhões de dólares, perfazendo aí, então, quase 60 milhões de dólares. Essas informações, e trago aqui o mapa que tem as explicações: por administração do programa, custo direto, custos correntes, inspeção, supervisão e imprevistos. Porém, dessas informações, nós teríamos e gostaríamos que esta Casa aprovasse um requerimento para que nós pudéssemos acompanhar esse importante programa do Estado. O Estado põe, coloca na educação 222 milhões e nós a oportunidade para discutir, nós não temos a oportunidade para estabelecer o contraditório. É importante, inclusive, que a Secretária numa oportunidade se faça presente na Comissão de Educação, que, tenho certeza não se furtará, pelo diálogo que estabeleceu com os Prefeitos do Paraná, através de suas Lideranças, ela não se furtará a estar na Comissão de Educação, até porque a sua agenda é no sentido de atender a comunidade, é no sentido de fazer da educação de dentro para fora da comunidade paranaense.

Com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano

Nobre Deputado José Maria Ferreira, me reporto apenas em seu pronunciamento, fico fixado ao comentário de Vossa Excelência com relação ao episódio de ontem. Entendo de que outros Parlamentares já se manifestaram nesta manhã, e Vossa Excelência cobra neste seu pronunciamento de que se cumpra, rigorosamente, aquilo que é o parâmetro para o funcionamento desta Casa, do seu Regimento Interno. E vejo e lamento que percebemos nesta manhã de que estamos querendo executar o nosso 1º Secretário o Deputado Hermas Brandão, comandando a Presidência de ontem, até porque se fez valer, ontem, com certeza, aquilo que está

estabelecido no Regimento Interno e que se estabelece que o Deputado deva, ao não ter quórum no Plenário, solicitar chamada nominal, em nenhum momento por algum Parlamentar isso aconteceu, e o Deputado Hermas Brandão fez valer ontem o Regimento Interno, fazendo com que a sessão fosse encerrada.

Mas, apenas para me ater a esse comentário, acho que precisamos passar por profundas transformações, esta Casa quando do momento oportuno da Reforma Constitucional, com certeza, nós precisamos fazer uma profunda transformação também no nosso Regimento Interno, até para que possamos fazer desta Casa a exigência da presença do Parlamentar, não na abertura da sessão, mas, sim, nos momentos de votação, aí, sim, o Parlamentar tem que estar presente para fazer com que este Parlamento possa, através da sociedade organizada lá fora, ser cobrado, porque nós temos que estar aqui presentes nos momentos de votação.

O Parlamentar, não tem e não terá que estar presente para acompanhar pronunciamento de outros Parlamentares. Presenciei isso, e é importante que a mídia e a imprensa procurem conhecer como funcionaram as outras Assembléias Legislativas do País. Estive em São Paulo, em visita, há poucos dias na companhia do Deputado Caíto Quintana, do Deputado Algaci Túlio, quando da abertura das sessões, o Regimento Interno daquela Casa não exige a presença dos Parlamentares, não exige quórum, o quórum é necessário para as votações.

Então, faço esse meu parte no sentido de que precisamos fazer, realmente, profundas transformações no regimento Interno desta Casa, no momento oportuno, mas ressaltando de que é importante que não venhamos aqui executar o nosso companheiro - o Deputado Hermas Brandão, quando da sua decisão do episódio de ontem.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência ouviu com muita atenção o pronunciamento de V.Exas. e agradece a compreensão de todos, compreende, perfeitamente, a colocação de todos e concorda, inclusive, com a colocação de V.Exas. Essa Presidência evoca para si a responsabilidade do ocorrido na tarde de ontem e lamenta, profundamente, que críticas à Mesa Executiva, através da imprensa, sejam feitas por pessoas que desconheçam o Regimento Interno e, para que se façam críticas perfeitas a quem quer que seja, são necessários moral e conhecimento de causa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

O Deputado Ademar Traiano me dá duas oportunidades, primeiro de participar do pronunciamento e depois de ter a oportunidade de esclarecer que não estamos executando o Deputado Hermas Brandão, ele estava no momento e lamentamos que ele estivesse naquele

momento para fazer o papel que teve que fazer cumprindo o regimento.

É lamentável que V. Exa. estivesse ali naquele momento e que nós não estivéssemos no Plenário. Evidentemente se não tem o Plenário como vamos encaminhar com o Regimento Interno exigindo quorum para abertura dos trabalhos?

Então é esta uma questão e V. Exa. coloca bem que na Câmara Federal não se exige quorum para abertura dos trabalhos, exige-se sim na hora da votação, momento este que os Deputados são convidados a comparecer em Plenário.

Com aparte o deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Ouçõ também o seu pronunciamento, concordo com o que V.Exa. está colocando e o que me preocupa, Senhor Presidente, Senhor Secretário e Deputado Beto Richa que exerce a 2ª Secretaria neste momento, senhores Líderes, e que notícia que saem de dentro desta Casa através de Deputados.

É claro que não vou aqui entrar nas particularidades de citar nomes dos Deputados, mas é importante que se dê esta chamada neste momento para que alguns Deputados que são os mensageiros, guardiões da moral, e que neste momento talvez estejam usando o telefone para telefonar para colonistas e dizer que aqui tem apenas 15 ou 20 Deputados, e ele não está aqui, é delator e este é o pior caráter que tem na sociedade, e, temos aqui dentro dos cinquenta e quatro Deputados, pessoas que não merecem a nossa confiança.

Então, quero deixar aqui a minha revolta, disse isso na imprensa, na CBN, que estão querendo fazer dos Deputados estaduais do Paraná cobaias. Quando se fala em aumento de estrutura de gabinete querem dizer que estão dando aumento para Deputado e a grande maioria sofre o desgaste porque não temos o poder de ter uma Secretaria de Comunicação nesta Casa e “alguns” por que são amigos de “alguns”, nos usam, nos abusam e acham que somos “trouxas”. Podemos até não ter o poder para enfrentar uma situação destas porque não temos a certeza absoluta mas é importante que os Deputados fiquem alertas.

O “sacana”, quem é o “dono da moral”, toda pessoa que sobe no palanque, ou quando usa da palavra diz: eu sou honesto, eu sou honesto! pode se preocupar porque honesto! Pode se preocupar porque honestidade não é nenhuma virtude, é um dever do cidadão. Estar presente aqui na sessão não é nenhuma virtude! Poderia me vangloriar aqui e dizer que em 99% das Sessões, desde que exerço a Liderança do Governo, estive presente. Só faltei uma semana, quando morreu meu pai. Poderia estar contando isso aos quatro ventos, agora, quando vemos aqui os delatores, os “homens da verdade”, os amigos dos colonistas, nunca presentes aos debates... mesmo eu e o Pessuti que as vezes nos desentendemos aqui por divergirmos de posições somos grandes amigos. No ano pas-

sado, quem divergia comigo nos debates, era o Deputado Romanelli e tenho saudades dele.

Agora, o que repudio, me dá nojo, tenho asco, é esta situação que estamos vivendo na Assembléia do Paraná.

Ontem me senti, Deputado Waldyr Pugliesi, e com a permissão do Presidente gostaria de ceder o Horário da Liderança do Governo para que eu possa fazer o meu desabafo, ontem senti vergonha de saber que sou Deputado junto com alguns Deputados aqui; do outro lado me sinto orgulhoso de ter companheiros como tenho aqui, e pelos companheiros e pela qualidade dos Deputados, que é a grande maioria que tem aqui, é que eu permaneço nesta Casa, trabalhando no dia a dia, discutindo todas as comissões, tendo conhecimento de todos os projetos, claro que com as minhas dificuldades, com as minhas deficiências. Mas nunca fazendo este papel, que eu considero um papel deplorável, lamentável. Mas que este eco da minha palavra, como diz o Simões, o Senador do Rio Grande do Sul, que esbraveja e levanta os braços, que este eco deste momento chegue ao gabinete desses picaretas que o Paraná elegeu, desses malandros, desses mau caráter, mas que eles saibam que tem gente indignado com essa situação. E não sirvo para ser cobaia e serviçal de ninguém.

Faço isso, me desculpe fazer esse aparte, porque senão eu vou passar o final de semana com isto dentro de mim, e isso vai me fazer mal, vai me corroer, vai me deixar triste, vai me deixar magoado, assim pelo menos, tenho certeza, alguém vai contar para alguém, e vai contar para essa pessoa, e talvez essas pessoas comecem a pensar não só em si, mas pensar sim na Casa, nos Deputados que trabalham, que são sérios, como é Vossa Excelência, apesar das nossas divergências o reconheço como um excelente Deputado, e que tem que ter o respeito. E é por isso que nós aqui, acredito que a partir do episódio de ontem, temos que começar a exigir aqui nesta Casa respeito pelo menos, porque se não fizermos isso nós não temos mais o que exigir da sociedade, se não exigirmos o respeito a nós mesmos.

Agradeço o aparte. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Eu é que agradeço, como a ele, solidarizo porque com certeza aqueles que assim agem nunca comparecem ao Plenário.

Senhor Presidente, e aqui um dos exemplos do funcionamento das comissões é o exemplo que recebi aqui do boletim informativo da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembléia de Minas Gerais, trazendo resultado, fazendo análise individual de cada uma das contas dos Municípios, aonde foram aplicados os recursos, como é que eles saíram do erário público e que objetivo tiveram.

Então, este com certeza será um dos objetivos a ser perseguido pela Comissão de Finanças da qual presidido para que possamos ao final produzirmos uma matéria

como esta de tal forma que possamos engrandecer a nossa Assembléia. Mas, Sr. Presidente, eu já conversei com o Deputado Valdir Rossoni, o Requerimento que apresentei, ele evidentemente pedirá para discutir, eu discutirei e farei abordagem sobre esta questão na próxima Sessão, na segunda-feira.

Muito obrigado pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Moysés Leônidas, constantes do expediente; Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 002/99, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 005/99 que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder ao Instituto Paranaense de Cegos, Imóveis situados na Avenida Visconde de Guarapuava, e Rua Coronel Dulcídio, nesta Capital. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 02/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Instituto Paranaense de Cegos, os imóveis de propriedade do Estado, situados da Avenida Visconde de Guarapuava, e Rua Coronel Dulcídio, nesta Capital, objeto dos Registros nºs 12.671, do Livro 3-D, do Cartório da 1.ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba e 54.955, do Livro 3/BA, da 6.ª Circunscrição Imobiliária da mesma Comarca.

Art. 2º - Os imóveis de que trata o artigo anterior, serão exclusivamente utilizados para sede e instalação de serviços do Instituto Paranaense de Cegos, vigorando a cessão até 31 de dezembro de 2002, podendo

ser prorrogada por mais 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, tornando-se automaticamente sem efeito caso haja descumprimento das finalidades estabelecidas, ficando a Cessionária responsável pela guarda e conservação de tais bens, sem direito a ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16.04.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 017/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar uma área de terras à Prefeitura Municipal de Congoinhas. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 05, de 23.02.99).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 050/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor Luiz Marcos Suplicy. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 09, de 02.03.99)**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 076/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Apoio à Criança Carente - ACRICA, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 15, de 16.03.99).**

ITEM 05

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 149/99, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância do Município de Tapejara. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO, EMENDA APROVADA EM 2.ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 06

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Solar - ASSOLAR, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2.ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 07

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Cristo Rei no Município

de Ivaí. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 687, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do Expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 688 a 690, de autoria do Senhor Deputado Luiz Fernando Litro, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 692, de autoria do Senhor Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 695, de autoria do Senhor Deputado Tony Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 696 a 698, de autoria do Senhor Deputado Tiago Amorim Novaes, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 699 e 701, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 700, de autoria do Senhor Deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 702 e 704, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 706, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 707, 709 a 712, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 713, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento nº 714, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 715, de autoria dos Senhores Deputados Ademar Traiano, Durval Amaral, Luiz Accorsi e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 716, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 705, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 065, 117, 118, 121 e 131/99.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 174, 181, 184, 185, 188, 191 e 196/99.

Lembro os Senhores Deputados que a partir de hoje a 1.ª Secretaria anota a presença dos Senhores Deputados, descontando os proventos dos faltosos.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TULIO, EM SESSÃO DO DIA 29.04.99.

“Uma Política Para a Água”

Jornal Gazeta do Povo.

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa deu mais um importante passo para que o Paraná se aparelhe legalmente no sentido de preservar seus recursos hídricos, ao aprovar, anteontem, projeto do governo do estado que, mais do que criar a cobrança de uma taxa, institui, na verdade, uma política estadual de proteção a um bem público em fase de franca extinção: a água. Agora, o projeto vai a Plenário para exame e aprovação final, em regime de urgência.

O novo dispositivo é decorrente de lei nacional em vigor há dois anos, dispondo sobre a política e sobre a implantação de um sistema nacional de gestão de recursos hídricos no país e à qual devem os estados adaptar-se criando seus próprios mecanismos legais e técnicos. Concretamente, a legislação prevê a criação de um ente autônomo - uma Agência Nacional da Água e suas congêneres estaduais - que ficará incumbido de recolher dos consumidores uma contribuição cujo montante será empregado especificamente em ações de preservação.

Pela legislação, os consumidores serão obrigados a pagar taxas pelo uso da água bruta e dela não escaparão nem mesmo os usuários domésticos. Inicialmente, porém, no caso paranaense, deve, contribuir as empresas industriais. Elas, como praticamente todos os demais consumidores, captam a água de que necessitam em seus processos de fabricação em rios e mananciais e a devolvem muitas

vezes com altas cargas poluentes à jusante, gerando em seguida a necessidade de caros procedimentos de tratamento e recuperação custeados por toda a sociedade.

Em primeiro lugar, pretende-se, com esta política, forçar os consumidores a economizar a água que captam diretamente na natureza, pois lhes será cobrado pelo volume de utilização. Trata-se de uma medida absolutamente sensata e cujos resultados estão comprovados em países onde já se instituiu esse tipo de cobrança. Na Alemanha, por exemplo, as indústrias gastam sete vezes menos água do que as suas congêneres brasileiras, o que denota a existência aqui de um índice irresponsável de desperdício.

Em segundo lugar, o sistema de recolhimento da contribuição e a formação de um fundo a ser gerido não pelo estado mas por conselhos constituídos por usuários, permitirá o direcionamento desses recursos para a realização de obras ou custeio de outros procedimentos de preservação das fontes de água bruta.

É o caso por exemplo, do problema com que se debatem Curitiba e Região Metropolitana. O abastecimento da população depende de maneira crucial da preservação dos mananciais situados principalmente na região do município de Piraquara.

Entretanto, tais mananciais vem sendo constantemente agredidos e reduzidos tanto pelo desmatamento quanto pelo lixo e pelos efluentes industriais e domésticos. E isto significa que a empresa responsável pelo abastecimento, a SANEPAR, precisa arcar com custos cada vez mais elevados para o tratamento da água captada.

Custo este, logicamente transferido universalmente para todos os consumidores - mesmo por aqueles que em

nada contribuíram para todos os consumidores -mesmo por aqueles que em nada contribuíram para a poluição. que paguem, então, em primeiro lugar os agentes poluidores.

Nem mesmo a SANEPAR ou quaisquer outras companhias estarão isentas desse pagamento. Atualmente, elas cobram dos usuários taxas de coleta de esgoto, mas a maior parte dos dejetos que recolhe é devolvida aos rios sem nenhum tratamento.

Portanto, são também grandes causadores de poluição ambiental - mas, nem por isso estão hoje obrigadas a bancar pelos danos.

A constituição do fundo financeiro a partir da criação da agência estadual de água e formado prioritariamente pelos maiores usuários de água, permitirá o direcionamento de tais recursos para a solução dos problemas ambientais ligados à preservação dos recursos hídricos, segundo critérios de destinação definidos pelas próprias comunidades.

Trata-se, pois como se vê de uma política responsável e absolutamente necessária.

É comum ouvir-se a expressão “água é vida”, tal a importância de sua existência nos processos vitais.

É de tal forma isto é sério que, dado o caráter cada vez mais precioso deste bem, já se intui que a eventualidade de um próximo conflito mundial não se dará por causa do petróleo ou por disputas de fronteira, mas por causa da água.

Preservar é preciso, pois.